

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI — N.º 112 — S. PAULO, NOVEMBRO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

PORTUGUESES DAS AMERICAS PEDEM À ONU O FIM DA GUERRA COLONIALISTA



O capitão João Sarmento Pimentel discursando durante o jantar de confraternização do 5 de Outubro (ver pág. 4)

A exemplo do que têm feito em anos anteriores, as organizações democráticas portuguesas existentes em vários países da América, após as necessárias consultas, remeteram à XXI Assembléa Geral das Nações Unidas um Memorial em que fixam a sua posição em face da guerra colonial e sugerem as medidas que lhes parecem adequadas para pôr termo à mesma. O documento foi assinado por representantes de organizações do Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Estados Unidos e Canadá, exprimindo, portanto, a perfeita concordância de pontos de vista dos democratas portugueses espalhados por todo o continente Americano.

O memorial cujo texto foi divulgado na íntegra por mais de uma dezena de jornais americanos, é do seguinte teor:

I — Submetido há 40 anos a uma ditadura fascista que o priva do exercício dos direitos e liberdades fundamentais constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o povo português continuou impedido de manifestar nas Assembléas internacionais o seu repúdio pela política de genocídio colonial praticada pelo governo de Salazar. O povo português, em luta pela sua própria libertação, não tem nem poderia ter o menor desejo de se opor à luta que travam pela independência os povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e encara estes povos como seus aliados naturais no combate contra um inimigo comum.

II — A posição firme do povo português à guerra colonial promovida pela ditadura fascista, exprime-se no crescente número de deserções, em greves e manifestações de protesto da população, em constantes tumultos verificados na ocasião do embarque de tropas para

a África, nas declarações de ex-militares perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas e a órgãos da imprensa internacional e nos protestos contra o reforço das bases militares estrangeiras em território português — meio de pressão dirigido contra a própria nação portuguesa.

III — Os fatos demonstram que existe uma situação de guerra na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e que nesses três territórios, populações indefesas continuam sendo massacradas bárbaramente pelo aparelho militar de repressão do colonialismo fascista de Salazar. Essa situação de guerra e a política de genocídio posta em prática pelo fascismo são denunciadas, e com razão, pelas nações africanas, como constituindo uma ameaça real à paz.

IV — A dominação da Rodhésia pela minoria colonialista (a chamada "declaração unilateral de independência") e os fatos a ela subsequentes e que motivaram a Resolução de 9 de Abril do Conselho de Segurança, autorizando o bloqueio do porto da Beira, vieram a provar uma vez mais que o governo de Salazar não está disposto a respeitar as simples recomendações do mais alto organismo internacional e que considera os regimes fascistas de Salisburgo e de Pretória como seus aliados, reforçando os laços que o ligam a ambos.

V — Desrespeitando as resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1965, e a resolução da XX Assembléa Geral de 21 de Dezembro de 1965, vários governos continuam sustentando a escalada de guerra do governo fascista de Salazar. A República Federal Alemã, particularmente, não só lhe oferece tôdas as facilidades para a obtenção

de material de guerra, como assina acordos especiais, colocando os seus serviços de saúde à disposição do Exército colonialista de Salazar.

VI — Os signatários, democratas portugueses radicados na América, renovam o seu apoio às Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléa Geral que condenaram o colonialismo do governo de Salazar e pediram a auto-determinação e a independência dos territórios que Portugal administra em África.

a) — Que a Assembléa Geral, a exemplo do que fez o Conselho de Segurança em 9 de Abril p.p., adote os meios práticos para que as resoluções supra citadas do Conselho de Segurança e dela própria sejam cumpridas pelo governo de Salazar;

b) — Que a Assembléa Geral, como primeiro passo para o restabelecimento da paz em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau, exija do governo de Salazar a imediata retirada dos exércitos que mantêm naqueles três territórios e que constituem hoje a mais numerosa força militar em armas no continente africano, com um efetivo superior a 100.000 homens;

c) — Que a Assembléa Geral dirija nova advertência aos países que sustentam económica e financeiramente o esforço de guerra colonialista, e, particularmente, à República Federal Alemã sua principal aliada".

O documento é assinado pelo prof. Ruy Luís Gomes, ex-candidato à presidência da República e pelas seguintes organizações democráticas portuguesas:

BRASIL

Pelo Jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues e Vitor Ramos.

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Castro Soromenho, Francisco Vidal, José Bodas, Mário Henrique Leiria, Helder Costa, Joaquim Quitério, Manuel Moura, Armando de Azevedo, Joaquim José, Manuel Rodrigues da Silva, M. Tavares, Humberto Silva, José Fonseca Martins, Herlander Gomes, Júlio Pereira, Manuel Rocheta e Mário Pinto.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS: João Sarmento Pimentel, Carlos A. Neves, Alexandre Pereira, Francisco Sarmento Pimentel, Manuel Soares, Fernando Ramos, Joaquim Duarte Baptista, Alfredo Masson, José Rodrigues Portela, Lenine Alexandre, Manuel Rodrigues da Silva, Abílio Rodrigues e Mário Fernandes.

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS: Maria Archer, Maria Fernandes, Maria Irolinda, Jeanette Pereira.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO: Eugénio Mercês e Raul Mendes Silva, Jaime Salviño, José Bastos, Manuel Neto.

Pelo GRUPO DOS PORTUGUESES DEMOCRATAS DO RECIFE:

SALAZAR CONDENADO NA ONU

Em tôda a chamada África Negra não há agora um único país que mantenha relações diplomáticas com Portugal. O Congo (Kinshasa) era o último e rompeu com Salazar na sequência de um processo que teve o seu desfecho no próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Quando, em setembro, a embaixada portuguesa em Kinshasa foi assaltada por multidões enfurecidas e vários funcionários diplomáticos salazaristas foram sequestrados, passando por um grande susto, o governo de Salazar desfechou imediatamente uma campanha de propaganda, visando apresentar-se como vítima inocente de um ato gratuito de barbárie. Contava o sr. Franco Nogueira receber a solidariedade internacional, dadas as circunstâncias que rodearam êsses incidentes, pois independentemente da posição adotada em face do colonialismo português, o assalto a uma representação diplomática só poderia merecer a reprobção geral. Enganou-se, contudo, o ministro de Salazar. Dias depois, a Câmara dos Deputados da República Democrática do Congo aprovava o corte de relações com Lisboa e eram trazidos a público fatos da maior gravidade esclarecedores da colera das massas de Kinshasa. Simultaneamente o governo do general Mobutu apresentava no Conselho de Segurança das Nações Unidas a queixa contra Portugal cujo teor divulgamos noutra página, fazendo ruir a tese salazarista da "violência gratuita".

O resultado do debate travado no Conselho de Segurança não deixa dúvidas sobre o novo crime praticado pelo fascismo português. A Resolução aprovada é categórica ao "conclamar Portugal a não permitir que os mercenários estrangeiros utilizem Angola como base de operações, tendo em vista uma ingerência em assuntos internos de outro país". A reação do sr. Franco Nogueira teve um mérito. Ao definir a ONU como organização demagógica e irresponsável, negando-lhe competência para discutir problemas como o das "províncias ultramarinas" portuguesas, o do "apartheid" ou o da "independência" da Rodésia, o ministro salazarista deixou implícito que os mercenários do sr. Tshombé

poderão continuar tranquilamente nas suas bases de Henrique de Carvalho e Vila Luso donde preparam o ataque à República Democrática do Congo. Em outras palavras: o fascismo português ignorará uma vez mais uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em nossa última edição havíamos previsto justamente essa eventualidade. Enquanto as Nações Unidas não se decidirem a adotar medidas práticas que tornem efetivo o cumprimento das suas Resoluções sobre o colonialismo português, Salazar não se desviará um milímetro da sua linha de rumo. Por outro lado, a atitude que os Estados Unidos, a França e a Inglaterra assumiram no debate travado no Conselho de Segurança, abstendo-se de votar a advertência ao governo português, veio demonstrar uma vez mais a dubiedade da posição das grandes potências imperialistas perante o fascismo colonialista português. Não ousam sustentá-lo publicamente, mas negam-se a condená-lo. E compreende-se porquê. Os grandes monopólios britânicos, norte-americanos, germano-ocidentais, belgas e franceses mantêm íntimas ligações com Salazar e financiam a guerra colonial. E tais interesses e ligações merecem o maior respeito nas capitais ocidentais. Daí também o ridículo da afirmação do sr. Franco Nogueira de que o rompimento com o Congo poderia afetar o transporte dos minérios do Katanga pelo caminho de ferro do Lobito. O interlocutor não é o general Mobutu, mas a Union Minière, a Tanganika Concessions, a Anglo American Corporation e outros colossos do mesmo jaez. E, perante êsses, não ousa Salazar erguer a voz. Vistas as coisas com realismo, as únicas vítimas do rompimento entre Kinshasa e Lisboa serão alguns milhares de emigrantes portugueses residentes no Congo. Esses sim, vão sofrer as consequências do último ato de pirataria internacional do fascismo português: o treino de mercenários de Tshombé em Angola.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

(Continua na página 7)

A C.I.A. comprometida na compra de material de guerra para Salazar Anistia: A Grande Tarefa Unitária

NOVA YORK (Do Correspondente) — A imprensa norte-americana, habitualmente parca em notícias sobre Portugal, vem dedicando um interesse inusitado ao julgamento no Tribunal Federal de Buffalo de três aventureiros envolvidos no escândalo da compra de aviões militares para o governo português. O fato que mais tem chamado a atenção dos meios políticos é a alegação da defesa — e as provas são irresponsáveis — de que os réus eram meros testas de ferro da Central Intelligence Agency, a famosa CIA, que estaria no comando do contrabando internacional de armamentos, coordenando em especial a aquisição de aviões das Forças Aéreas norte-americanas para Salazar. Os agentes da CIA citados por um dos advogados, Edwin Marger, recusaram-se, contudo, como era de esperar, a comparecer ao Tribunal, o que motivou um desabafo do causidico: "Como todos sabeis, eles são extremamente vaporosos!" A afirmação peremptória da defesa de que a venda de sete B26 fôra secretamente patrocinada pelo governo de Washington causou sensação e foi divulgada com grande relêvo por dezenas de jornais. Está provado que os aviões se destinavam a ser usados contra os nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que lutam contra os exércitos de ocupação portugueses. Daí a delicadeza e a gravidade da acusação, pois os Estados Unidos assumiram perante as Nações Unidas o compromisso de não venderem a Portugal aviões militares, por falta de garantias de que os mesmos não seriam a ser utilizados em África.

OS TRÊS RÉUS

Os réus são três: um francês, um inglês e um canadiano. O primeiro, o elemento de relações públicas é um aristocrata francês decadente, o conde Henri Marie François de Montmarin, ex-membro da O.A.S. O inglês, o piloto, é um tal Richard Hawke, veterão da RAF; o canadiano, terceiro comparsa, Woodrow Wilson Roderick, vendia carros usados na

Califórnia. Apurou-se, entretanto, logo na primeira audiência que o verdadeiro cabecilha da "gang" era Gregory Board, um australiano que vivia em Tucson, no Arizona, explorando uma empresa de aluguel de aviões. Quando as coisas se puseram negras tomou a tempo o cuidado de fugir para a Jamaica, onde possui vastas propriedades.

Segundo as leis norte-americanas, os três aventureiros violaram as disposições sobre o Controle de Munições, que proíbem a importação e a exportação de material de guerra sem licença do Departamento do Estado. Quando os funcionários da Alfândega se aperceberam da fraude, Hawke havia já entregue às autoridades portuguesas sete B 26.

A "OPERAÇÃO PARDAL"

A negociata recebera a designação de "Operação Pardal", por iniciativa do próprio agente da CIA que proporcionava a Hawke as "facilidades" necessárias. O referido Hawke, premido pelo juiz, alongou-se em pormenores sobre os contactos com a CIA. Confessou, por exemplo, que toda a Operação teria malogrado desde o início se os agentes dos Serviços Secretos, em ocasiões decisivas, não tivessem agido junto das autoridades canadianas e americanas, "abrindo portas". Board era o comprador dos aviões. E foi ele também quem se entendeu com a Hamilton Aircraft Company, de Tucson, para que os aparelhos fossem totalmente reformados. O conde francês resolvia os problemas burocráticos e Roderick funcionava como intermediário nas negociações para a compra, quando estas decorriam no Canadá. Board, segundo Hawke teria recebido mais de um milhão de dólares.

O julgamento realiza-se em Buffalo pelo fato de dois dos aviões terem feito aterragens em Rochester, no Estado de Nova York, ao saírem do País. As audiências são presididas pelo juiz federal John O. Henderson.

A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento. Vem conseguindo sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública, nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes anti-fascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista. Em Portugal é animador constatar que forças de tôças as correntes se unem nessa tarefa, que sendo simultaneamente humanitária e política constitui o trabalho unitário por excelência. Assim, ainda recentemente, em Lisboa, numeroso grupo de individualidades, englobando praticamente todas as tendências da oposição portuguesa, representou ao Presidente da República, no sentido de se conceder uma ampla anistia "contribuindo assim para o apaziguamento e união dos portugueses, tão necessária neste momento gravíssimo que a nossa pátria vive".

A representação baseia-se fundamentalmente em três pontos: em primeiro lugar, na nítida insuficiência da tão apregoada anistia concedida pelo decreto de 25 de agosto de 1965: apenas cerca de 25 presos políticos "em algo aproveitaram do mesmo decreto, na medida em que viram a sua pena encurtada no reduzido período de 3 meses. "E desses 25 condenados correcionais — a representação — apenas sete saíram imediatamente em liberdade, em consequência do referido encurtamento da sua pena".

Com efeito — prossegue — "a população que se encontra enclausurada, em cumprimento de penas ou de medidas de segurança de internamento, ou aguardando julgamento, por motivos políticos, só nas cadeias do Forte de Peniche, dos Redutos Sul e Norte de Caxias e dos anexos da PIDE, na rua do Heroísmo no Pôrto, oscila por algumas centenas, e isto sem contar com aqueles que se encontram presos em regime de averiguações policiais, por suspeitas de natureza política, de que é praticamente impossível conhecer não só o quantitativo, como às vezes até os próprios nomes. E como V. Exa. sabe há ainda a somar a estes, os presos políticos das Províncias Ultramarinas que engrossarão em muito, de certeza, os sucintos elementos que temos vindo a trazer à presença de V. Exa. respeitantes apenas à Metrópole, elementos esses que, se em alguma coisa pecam, é apenas por serem inferiores aos reais, porque só nos foi possível proceder a uma indagação necessariamente perfunctória, que não abrangeu sequer os presos políticos sujeitos ao fóro militar, dada a quase total inexistência de meios de informação nesse setor.

O documento passa depois a outro aspecto, ainda mais importante, do monstruoso sistema judiciário do fascismo português: as "medidas de segurança". Afirmando que "não é possível a promulgação duma verdadeira anistia se dela são ou foram excludos aqueles sobre que impendem medidas políticas de segurança de internamento indefinidamente prorrogáveis, os signatários recordam que "este problema das medidas políticas de segurança de internamento é na realidade, de carácter exclusivamente português, pela sua singularidade no contexto europeu, pois, nem em Espanha, nem em qualquer outro país da Europa Ocidental há algo semelhante às medidas de segurança de internamento, indefinidamente prorrogáveis por motivos políticos, existentes entre nós desde 1949, as quais como se sabe, no seu conteúdo prático, em nada se distinguem das penas de prisão política propriamente ditas, sendo expiadas nos mesmos estabelecimentos prisionais, em identidade de circunstancialismo material e quíçá psiquicamente mais dolorosas, dada a angústia provocada pela ignorância do seu termo, em consequência da possibilidade da sua indefinida prorrogação. Ora como a maioria dos condenados políticos encarcerados em Portugal se encontra sujeita a tal regime, qualquer anistia ou ato de

VITOR RAMOS

clemência que não toque nesse internamento carcerário indefinidamente prorrogável, seja pela sua eliminação, seja, ao menos, pela sua substituição por outra medida de segurança menos gravosa como a liberdade sob vigilância policial com residência fixa, será de poucos efeitos práticos, no sentido de reduzir efetivamente a nossa população prisional política. Constituirá mais uma aparência de anistia do que uma anistia verdadeira, e verdadeiramente humana".

Mas não são apenas as medidas de segurança que constituem um aspecto chocante do regime. Um outro ponto merecedor de atenção é o das condições em que os presos são levados a Tribunal. Assim, a Polícia Política em Portugal, como se sabe, fica encarregada da instrução preparatória dos processos dos presos, tarefa que nos outros países já compete aos chamados juizes de instrução. Por outro lado, na maior parte das vezes, as prisões feitas pela PIDE, de pura perseguição política, não chegam a ir a Tribunal, o que prova a sua inutilidade. Em 1960/62 e em 1964, segundo estatísticas oficiais, dadas a público pela própria PIDE, apenas 32%, 10,3% e 10,2% dos processos elaborados pela Polícia Política foram enviados aos Tribunais Plenários!

A representação revolta-se contra esta arbitrariedade, pedindo a sua revogação imediata pois "tal preceito, contrário aos princípios éticos e jurídicos universais consagrados no art. 10 do projeto de Princípios da ONU e representa uma violação do art. 116 da Constituição de 1933.

Como se verifica, trata-se de representação muito bem documentada e, como assinalamos, assinada por figuras de todas as correntes do pensamento. O clamor pela anistia atinge em Portugal um tal âmbito que coloca esta tarefa em primeiro lugar entre as manifestações que levarão a unidades necessárias para derrubar o salazarismo. Entre os signatários figuram nomes como Helder Ribeiro, antigo Ministro e Oficial do Exército, Antonio Macedo, advogado, Fernando de Abranches Ferrão, advogado, César Teixeira da Fonte, padre e advogado, Acácio Gouveia, advogado, Mário Soares, advogado, José de Magalhães Godinho, advogado, Francisco de Sousa Tavares, advogado e conhecido líder católico e monárquico, Armando Aado e Silva, advogado, Artur da Cunha Leal, advogado, Luís Francisco Rebelo, advogado, Francisco Salgado Zenha, advogado Baptista, advogado e intelectual católico, Nuno Rodrigues dos Santos, advogado, Francisco Salgado Zenha, advogado, Arlindo Vicente, advogado e ex-candidato à presidência da República, Vasco da Gama Fernandes, advogado, Alvaro Salema, jornalista, Urbano Tavares Rodrigues, escritor, Armando Bacelar, advogado, Virginia Moura, engenheira, Mário Cal Brandão, advogado, Olívio França, advogado, Carlos Sal Brandão, advogado, Lobão Vital, arquiteto.

Patriotas ameaçados de deportação para o Tarrafal

LISBOA (Do Correspondente) — Aumenta entre as forças políticas que combatem o fascismo o receio de que esteja iminente a transferência para o Tarrafal de numerosos patriotas presos em Peniche e Caxias. Embora Salazar insista em negar a reabertura do Campo da Morte Lenta, este encontra-se em pleno funcionamento, encontrando-se nele presentemente várias dezenas de angolanos e guineenses. A recente publicação do decreto que autoriza os ministros da Justiça e do Ultramar a transferir para as colónias os presos políticos que cumprem penas em presídios portugueses ou que se acham sob a ação das "medidas de se-

gurança" leva a crer que o governo está preparando o envio de uma primeira leva de patriotas para o Tarrafal.

Entre os democratas ameaçados de deportação contam-se Pires Jorge, Dias Lourenço, Blanqui Teixeira, Octavio Pato, Carlos Costa, José Magro, Abolim Inglês, Afonso Gregório, Américo de Sousa, José Carlos, Jorge Araújo, Guilherme de Carvalho, Rogerio de Carvalho, Honrado, José Pacheco, Domingos Abrantes, Ilidio Esteves, Julio Martins, José Bernardino, Adelino Pereira, Varela Gomes, Manuel Serra, Veiga de Oliveira e muitos outros.

Ante a ameaça que pesa sobre os prisioneiros políticos por-

tuguês impõe-se desde já desencadear, no Interior e no Exterior, uma grande campanha de protesto que impeça o fascismo de concretizar os seus planos criminosos. A vida de dezenas de patriotas portugueses está ameaçada.

Todos os protestos, cartas, telegramas, abaixo-assinados, devem ser remetidos ao "presidente" Tomas, Palácio de Belém Lisboa e aos ministros da Justiça e do Ultramar. (Terreiro do Paço, Lisboa).

AGENTES DA PIDE ASSASSINARAM SIGAUKE

LUSAKA (Do Correspondente) — Jaime Sigauke, membro do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi encontrado morto a 14 de Julho p.p. mas as autoridades de Zambia ocultaram durante bastante tempo a notícia.

Ainda que os detalhes não tenham sido fornecidos à Imprensa sabe-se que a sua morte foi atribuída a agentes da PIDE, que, procedentes de Moçambique, atuam nos países vizinhos (África do Sul, Rodésia, Swazilândia, Malawi e Zambia).

J. Sigauke tinha 34 anos de idade e ocupava o posto de secretário na Frelimo. Professor primário, foi preso em 1962 em Salisbury, a pedido das autoridades portuguesas, e enviado para Moçambique. Um tribunal militar condenou-o a dois anos de prisão por atividades na-

cionalistas. Em 64 deixou a sua terra, atravessou a Swazilândia, África do Sul, Bechuanalândia e Zambia para se reunir à Frelimo em Dar-es-Salam (Tanzania), movimento este dirigido por Eduardo Mondlane.

J. Sigauke deu uma conferência de Imprensa em Londres, a 26 de Fevereiro 1965, depois de ter participado na "Conferência para a unidade africana", em Nova York. Pertencia ao número de dirigentes moçambicanos que formaram a UDENAMO em Bulawaio, em Outubro de 60, com o reverendo Uria Simango, Paulo Gumane, Adelino Gwambe. Era considerado um dos mais populares líderes da FRELIMO dentro de Moçambique, especialmente no distrito de Sofala, sua região natal.

Toalhas Plásticas Rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:

PRAÇA DA SÉ, 17/21
SÃO PAULO

GUERRA AOS CABELUDOS

O chefe da Polícia de Coimbra, digno êmulos dos seus colegas da PIDE decidiu, segundo declarou aos jornais, moralizar a juventude da Lusitânia, em sua opinião corrompida por "modas degradantes vindas do estrangeiro". A sua primeira medida foi ordenar aos agentes da PSP que prendam todos os estudantes de "cabelo à Beattie" e que os levem ao comando central para que ali lhes sejam "cortadas as melenas".

A prepotência, como era de esperar, revoltou a população coimbrã, que se mostra solidária com os estudantes. Estes, por sua vez, reagiram à provocação, entrando em choque com a Polícia.

Notas e comentários

PERSPECTIVAS FAVORÁVEIS

Segundo as últimas notícias recebidas de Portugal, agravou-se extraordinariamente a crise em que se vinha debatendo o fascismo. O sorvedouro da guerra colonial criou para o governo uma situação para a qual ele não encontra saída. Os empréstimos no Exterior são cada vez mais raros e difíceis, o ritmo de afluxo de capitais de investimento diminuiu sensivelmente e os dinheiros do turismo e da emigração não bastam para tapar os rombos abertos na riqueza nacional pelas guerras africanas e por uma balança comercial assustadoramente deficitária. Com o impôsto sobre as transações, Salazar não resolveu coisa alguma. Apenas conseguiu decretar um brutal aumento do custo de vida e uma consequente descida dos salários reais, anulando de uma penada todos os aumentos obtidos pelos trabalhadores nos últimos anos. Por outro lado, o comércio foi duramente atingido pela medida, gerando-se no seu seio uma onda de revolta contra o governo. Contam-se por dezenas os estabelecimentos que fecham as suas portas para evitar a ruína. Para que se faça uma idéia da profundidade da crise econômica que atinge todas as camadas da população, basta dizer que diariamente se registram em Lisboa aproximadamente 30 falências! Entre a realidade e o panorama otimista esboçado pelos ministros fascistas nas suas arengas cava-se um abismo intransponível. Até os elementos mais tímidos do funcionalismo e das forças armadas se mostram desiludidos e revoltados. É significativo, por exemplo, o silêncio que a propaganda oficial fez de repente em torno da base alemã de Beja. Durante anos, a instalação dos prussianos da Luftwaffe no Alentejo foi apresentada como uma fonte de benefícios permanente e um fator de progresso da região. Agora, em face dos primeiros resultados da "experiência" e da revolta dos bejeneses, o País já sabe o que pode esperar de iniciativas como essa. A atividade econômica da região não foi estimulada. Os alemães importam tudo aquilo de que necessitam desde os móveis ao vestuário, passando pelos principais artigos de alimentação. No Alentejo limitam-se a comprar carnes e verduras frescas, privando delas a população local, e a adquirir praticamente toda a caça para a fazer seguir para as fábricas de conservas alemãs.

O descontentamento crescente que ganha todos os dias novas camadas da população é, sem dúvida, um fator positivo na luta contra o fascismo. Urge, porém, que as forças políticas responsáveis que combatem o regime saibam canalizar esse estado de espírito de revolta para formas práticas de ação.

OS FASCISTAS NÃO SE ENTENDEM

O agravamento da situação econômica e financeira do País reflete-se na direção da guerra colonial, erizando ao governo fascista problemas insolúveis. Impossibilitados de adquirir material de guerra moderno mediante contratos com os governos dos países que lho forneciam tradicionalmente, Salazar vê-se forçado a recorrer a aventureiros em negócios escusos, como o que levou agora vários indivíduos à barra de um tribunal norteamericano. O governo português deixou de ser um bom pagador e não há quem desco-

nheça, interna e externamente, esse fato. O material que lhe vendem é agora quase todo de refugio. Como era inevitável, os militares insurgem-se contra esse estado de coisas. Em Angola, a maioria dos aviões militares excederam em mais de dois anos o limite de duração; o material rolante apresenta-se em estado calamitoso; e há grande penúria de armas de fogo ligeiras em boas condições de funcionamento. Não é de estranhar assim que tanto em Angola como em Moçambique seja maior o número de mortes verificadas em desastres do que propriamente em combate, situação essa que provoca verdadeira indignação entre soldados e oficiais. A cúpula do aparelho de administração colonial acusa, como era inevitável, o estado de espírito que se generaliza entre a tropa. O governador do Niassa, em Moçambique, entrou em choque com o governador geral da colônia e foi sumariamente demitido e, secretamente transportado, sob prisão, para Lisboa. O próprio "pacificador" Schultz, conhecido pela firmeza das suas convicções fascistas tem-se visto em dificuldades. O oficialidade destacada na Guiné mostra-se cada vez mais dividida entre duas tendências: a da maioria, que considera absurdo prosseguir numa guerra antecipadamente perdida; e a da minoria dos ultras que deseja meios para ampliar o conflito, na ilusão de que o incremento do terror indiscriminado contra as populações indefesas abalará o PAIGC. Os soldados, como é óbvio, desejam apenas voltar para suas casas.

Por incrível que pareça, o "pacificador" Schultz foi surpreendido recentemente por uma quase sedição do setor ultra, vendo-se forçado a prender vários oficiais fascistas e a enviá-los presos para Portugal, a fim de evitar um choque das mais graves consequências no seio do exército de ocupação.

Mais significativa é ainda a notícia segundo a qual Silvério Marques não regressará mais ao governo geral de Angola por haver demonstrado incapacidade em resolver as divergências cada vez mais graves que separam entre si vários setores do Exército e da população branca da colônia, uma parte da qual se opõe frontalmente ao prosseguimento da guerra.

CÔNSULES DE SALAZAR

De modo sistemático, as autoridades consulares portuguesas do Brasil, vêm recusando, desde 1959, aos democratas portugueses que pretendem viajar para o Exterior a documentação a que têm direito segundo as leis em vigor no próprio Estado fascista de Salazar. O prof. Ruy Luiz Gomes teve de recorrer várias vezes ao Itamarati para obter passaporte concedido pelo governo brasileiro, pois os consulados portugueses lho recusavam. Outros democratas portugueses, entre os quais Manuel Sertório, Paulo de Castro, Victor da Cunha Rego e o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues receberam também negativas formais dos representantes consulares de Salazar ao solicitarem os passaportes a que tinham legalmente direito como cidadãos portugueses. A explicação dada era sempre a mesma: os seus nomes figuravam numa lista enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os consules que têm desfilado por São Paulo — quase todos pessoas insignificantes e de uma indigência mental acentuada — quando abordados pelos interessados atrapalhavam-se, metiam os pés pelas mãos, contradiziam-se no afã de salvar as apa-

rências e acabavam por manter a negativa, recusando-se a fornecer a documentação pedida. Até as crianças de poucos anos, filhas de democratas exilados, chegaram esses consules a negar passaporte, só se decidindo a voltar atrás após morosas consultas a Lisboa. Agora, mais uma vez se repetiu a imoralíssima farsa desses envergonhados prepostos do ditador de Santa Comba Dão. Dessejavam os democratas portugueses fazer-se representar na Conferência da Amnistia do Canadá pelas duas figuras mais prestigiosas da emigração política portuguesa neste País: o prof. Ruy Luiz Gomes e capitão João Sarmento Piméntel, o primeiro ex-candidato à Presidência da República e matemático de fama mundial e o segundo escritor de talento e participante destacado das lutas contra o fascismo travadas desde o advento de Salazar. Como nem um nem outro podiam obter passaporte, as organizações democráticas portuguesas do Brasil escolheram outros elementos. O primeiro que se apresentou no Consulado de São Paulo, após breve entrevista com o cônsul adjunto, foi informado de que não lhe seria concedido passaporte, na sequência de uma série de explicações confusas e tartamudeadas. A delegação portuguesa ao conclave de Toronto acabou por ser inteiramente constituída de elementos que adquiriram a nacionalidade brasileira.

A conclusão a tirar é a de que Salazar considera apátridas todos os portugueses que o combater abertamente no Estrangeiro. Contra a prepotência que visa a impedi-los de sair do Brasil, mantendo-os confinados neste País, insurgem-se os democratas portugueses. Não aceitam a situação que o governo fascista quer criar-lhes, violando todas as praxes diplomáticas internacionais. Neste sentido vão tomar as medidas adequadas para levar o caso ao conhecimento da opinião pública mundial e particularmente das entidades mais diretamente ligadas ao assunto.

Quanto aos servis representantes consulares de Salazar, estão muito enganados se pensam que a sua atitude não terá consequências. Timbram todos em dizer que são meros funcionários e que se limitam a cumprir ordens. Mas a justificação para o injustificável não convence. Há ordens que não se cumprem sem perda da dignidade. É o caso da recusa de passaporte apenas amenizada pela alternativa de um passaporte válido exclusivamente para Portugal, quer dizer para os calabouços da PIDE... Homens como esses são indignos de representar seja onde for a Nação portuguesa. Podem ser consules do fascismo português, mas nunca consules de Portugal. Gente desse quilate moral tem o seu destino indissolúvelmente ligado ao do regime moribundo de Salazar.

UNIDADE ANGOLANA

Os democratas portugueses, embora aliados naturais dos patriotas africanos que em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau lutam pela independência das respectivas pátrias fazem questão de se manter rigorosamente à margem dos problemas específicos de vários movimentos nacionalistas, abstando-se de ingerências em questões que só aos ditos movimentos dizem respeito. Essa atitude, que tem sido rigorosamente observada tanto entre os democratas portugueses do Interior como do Exterior, não nos impede de acompanhar com o máximo interesse todos os esforços feitos pelos patriotas africanos no sentido de realizarem a sua unidade. Os êxitos que tanto o PAIGC como a FRELIMO conseguiram nos últimos anos no terreno militar e no político não teriam sido possíveis se, de longa data, o primeiro como par-

tido e o segundo como frente, não contassem ambos com o apoio da esmagadora maioria das populações da Guiné-Bissau e de Moçambique. Infelizmente, a situação em Angola foi sempre diferente, com consequências desastrosas para o desenvolvimento da luta. Não foi, portanto, sem compreensível júbilo que os democratas portugueses tomaram conhecimento dos entendimentos havidos no Cairo, em Outubro, e que foram ao que parece coroados de pleno êxito entre os representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola e a Frente Nacional de Libertação de Angola. Um grande passo no sentido da mais completa unidade entre as duas forças políticas que dominam o panorama an-

golano foi dado durante essas conversações.

Nenhum golpe poderia atingir mais duramente o colonialismo salazarista em Africa. Se o MPLA e a FNLA chegarem a uma unidade real no plano da ação, as perspectivas da luta armada em Angola modificar-se-ão radicalmente, transformando aquela colônia na principal frente de batalha em Africa contra Salazar, como já o foi em 61. Para isso contribuirá decisivamente o aumento da ajuda que as nações africanas dispensarão aos patriotas angolanos, ajuda que só as dissensões existentes vinham dificultando. A vitória da unidade angolana é também, portanto, uma vitória dos antifascistas portugueses.

Colonialismo e Anticolonialismo

ANGOLA

Unificando o movimento nacionalista

Fortes do governo da República Árabe Unida revelaram que as duas organizações nacionalistas de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto e Mário de Andrade, e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto, decidiram unir-se na luta pela libertação de seu país.

Segundo as mesmas fontes, o acordo deveria ter sido assinado em 14 de outubro último, no Ministério das Relações Exteriores da RAU, não sendo porém revelados pormenores do pacto firmado entre as duas organizações. Sabe-se, entretanto, que as negociações foram realizadas sob os auspícios da Organização da Unidade Africana, tendo participado do comité de conciliação os governos da RAU, de Ghana e do Congo-Brazaville.

Este acordo abre novas e amplas perspectivas à luta anti-colonialista, podendo a ação coordenada da FNLA e do MPLA modificar profundamente, e a curto prazo, a atual feição da guerra de Angola.

GUINÉ

Têm sido particularmente desastrosos para o exército colonialista os combates durante a atual estação de chuvas. As forças nacionalistas, munidas de meios de combate cada vez mais eficientes, paralizaram totalmente as tropas portuguesas, impedindo-as de fazerem as incursões punitivas a que era hábito entregarem-se, e intensificaram os ataques que têm como alvo os aquartelamentos e campos fortificados. Estas últimas operações, levadas a cabo com bazookas, morteiros, canhões e outras armas pesadas, têm causado enormes perdas materiais e humanas. Enquanto isto, devido as condições climáticas da estação, a aviação portuguesa não tem conseguido levar avante os costumeiros "raids" de represália contra os centros populacionais.

Sómente no mês de julho verificaram-se 36 ataques importantes contra campos fortificados e quartéis que causaram destruições variando de 25 a 80% nas instalações em geral, ficando alguns completamente destruídos. Nas estradas da região norte da colônia, nada menos que 24 jeeps e caminhões foram destruídos com os respectivos ocupantes. Em Cachungo (oeste da colônia), S. Domingos (noroeste), Bafatá (centro-leste) e em Nhacra, apenas a 27 quilômetros de Bissau, registraram-se outros importantes reencontros.

Um comunicado do Secretariado geral do PAIGC publicado em Conakri a 5 de outubro último, dá conta das seguintes operações:

— Ataque com armas pesadas ao acampamento de Balade, perto do campo fortificado de Empada, que resultou na sua completa destruição.

— Ataque e destruição do acampamento de Nhala, perto de Buda. Este ataque foi realizado por forças do exército regular nacionalista. Emboscada armada a reforços saídos de Buda para socorrer o acampamento atacado resultou na morte de 12 militares e destruição de um caminhão.

— Destruição parcial do aquartelamento de Gá-Djatra em consequência de um forte ataque conjugado de guerrilheiros e forças do exército popular.

— Novo ataque a aquartelamento de Gá-Djatra, dias após os ataques precedentes, completou a sua destruição. Enquanto isso, fogo de armas pesadas causava grande destruição no campo fortificado de Catió.

— 80% das instalações do acampamento de Cufar, a 10 km. de Catió, foram destruídas durante um violento ataque nacionalista. 2 helicópteros tiveram de fazer 4 viagens sucessivas para retirar os mortos e feridos. Os reforços enviados de Catió não conseguiram atingir o acampamento e regressaram à base após perderem 5 homens.

— Um contingente português que se dirigia de Bolama para a zona de S. João caiu num campo de minas, sendo em seguida submetido a intenso fogo, pelos guerrilheiros emboscados na selva, viu-se obrigado a retroceder, depois de sofrer baixas avulsas em 27 mortos e numerosos feridos.

MOÇAMBIQUE

Recrudescimento da censura

Acaba de ser criada em Lourenço Marques, uma nova comissão de leitura, encarregada de censurar todos os livros recebidos de Portugal e do estrangeiro. A interdição de cada livro é aprovada pelo governador geral.

Lista de algumas obras que acabam de ser proibidas:

"A Guerra Civil de Espanha" — Hugh Thomas. "O Processo de Auschwitz Realizou-se". "Seis Milhões de Mortos" (vida de Eichman). "A Tirania Psicológica" — André Derot. "A República Moderna" — de Mendes France. "A China Superpovoada" — René Demont. "As Raízes do Ódio" — G. de Melo, e ainda outros como Eric From, Gunnar Myrdal, Galbraith e Chester Bowles.

A importação e venda de livros da coleção "Que sais, je?" (Que sei eu?) e da "Bibliothèque des Idées" (Biblioteca das Idéias) acaba de ser interdita também. Os livreiros queixam-se amargamente do caráter arbitrário destas proibições, capazes de provocar enormes perdas econômicas, devido ao largo estoque de livros recentemente importados.

PROCESSO CONTRA O ADVOGADO DOMINGOS AROUCA

A PIDE acaba de mover um novo processo contra o advogado africano Domingos Arouca (o único advogado negro a exercer a profissão em Moçambique), sob a acusação de ter utilizado em 1964 um pósto emissor (a fim de entrar em contacto com a sede de FRELIMO em Dar es Salaam, Prêso em maio de 1965, o advogado ainda não foi julgado pelo tribunal militar. Continua encarcerado como várias centenas de outros políticos, na prisão da Machava.

Neste momento, a prisão da Machava deve contar com dois mil prisioneiros que o governo geral de Moçambique não faz tenção alguma de julgar.

Por outro lado, a lei autoriza o governador de cada colônia a fixar residência ou expulsar do território os suspeitos políticos. Apoiando-se nesta disposição legal, o governador fixou residência à maioria dos suspeitos políticos dentro dos muros da prisão. De acordo com a PIDE, o governador estabelece penas aplicáveis aos elementos mais perigosos, penas que vão de um a cinco anos de prisão e que podem ser indefinidamente prolongadas.

As Comemorações do 5 de outubro

Os democratas portugueses do Brasil comemoraram, de acordo com a tradição, o aniversário da Revolução Republicana do 5 de Outubro de 1910. As principais celebrações, como é hábito, decorreram em São Paulo e incluíram uma conferência do prof. Paulo Duarte, no Auditório da Biblioteca Municipal e um jantar de confraternização num restaurante popular.

Essa festa de portugueses foi presidida pelo capitão João Sarmento Pimentel e a ela assistiram dezenas de brasileiros e espanhóis solidários com a luta dos democratas portugueses. Na mesa de honra, entre outras personalidades, tomaram lugar: o prof. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; Dolores de Mello Vassão, secretária da Comissão Brasileira para a Amnistia aos Presos Políticos de Portugal e Espanha; vereadores Glória Junior e Oswaldo Giraldez; capitão Alvaro de Brito Albert, pelo grão-mestre do Grande Oriente de São Paulo; Marco Antonio Leão, pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia; Maria Ribeiro de Almeida e José Edmar Hiirt, pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito; José Vandrell, pelo Centro Democrático Espanhol; Lorenzo Serrano, ministro do Governo Espanhol no Exílio, etc.

PALAVRAS DE SARMENTO PIMENTEL

O capitão Sarmento Pimentel, na sua qualidade de presidente do Centro Republicano Português, usou da palavra para saudar os presentes e aludir ao significado da data. Manifestou a sua firme esperança de que o próximo 5 de outubro seja festejado em Portugal pelos emigrados políticos portugueses espalhados por todo o mundo, e prestou comovida homenagem aos patriotas encarcerados nos presídios salazaristas, destacando o nome de Manuel Serra, acrescentando que a coorte daqueles que, em torno do ditador, se dizem defensores da civilização cristã só merecia o seu desprezo de velho liberal, pois toda essa gente se limita a defender o corpo, a posição, os interesses mais escusos, irmanada pelo ódio à liberdade e à República.

A SAUDAÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES

O prof. Florestan Fernandes, falando em nome dos brasileiros presentes, principiou por dizer do prazer que sentia por se encontrar uma vez mais entre os democratas portugueses. Embora lamentando o fato de ver tantos amigos celebrarem uma vez mais o 5 de Outubro fora de Portugal, a firmeza das convicções que ali os reunia era a prova da sua determinação de lutarem em todas as condições pela liberdade da Pátria e por um regime capaz de assegurar a dignidade da pessoa humana. Aludindo, a seguir, à sua recente passagem por Portugal, recordou que, logo no aeroporto de Lisboa, fora detido pela PIDE. Mais uma vez, entretanto, tivera ocasião de verificar que o povo português era incompatível com o fascismo. Prosseguindo, discorreu sobre os governos de força longamente tolerados e disse, concluindo:

"A luta pela independência em Portugal tem de partir do povo português. Não há outra saída. Nenhum país se liberta da tirania se o povo desse país não souber lutar pela liberdade. Esse é o destino de todos os povos. Precisam lutar pelo seu próprio destino e, se necessário, sair às ruas para lutar contra a tirania. Todas as suas experiências dos últimos tempos o tornavam mais soli-

dário com seus companheiros portugueses que lutam pela Liberdade em Portugal."

Como brasileiro e como intelectual sentia-se honrado de trazer a sua palavra de solidariedade a um punhado de portugueses que honravam a



Florestan Fernandes

Pátria, mantendo durante anos seguidos aceso esse fogo sagrado, fazendo com que a Liberdade seja o elemento principal de suas aspirações.

E terminou hipotecando a sua solidariedade de intelectual brasileiro à luta do povo português, salientando que não desejava a democracia apenas para o Brasil e Portugal mas para todo o Mundo.

FALA CASAIS MONTEIRO

Falou por último Adolfo Casais Monteiro. Dizendo logo de início que receava ser amargo em suas considerações sobre a razão pela qual os portugueses continuam privados da liberdade, salientou que criamos uma figura de Pátria que pouco ou nada tem a ver com aquilo que somos e, quem sabe se alguma coisa tem a ver sequer com aquilo que fomos. Partindo da contradição que ora leva os portugueses a chorar uma vocação heróica e aventureira ora os impele a sentirem-se condenados pela fatalidade, fez uma análise das frustrações que mantiveram o homem português no século XIX à margem das transformações revolucionárias experimentadas pela Europa, aludindo à lucidez de Mousinho da Silveira e ao divórcio que existia entre os homens da geração de 70 e o Portugal da época.

"A verdadeira Europa — disse — era nesse momento o socialismo. E pela voz da admirável geração de 70 Portugal sonhou a reconquista de si próprio. Os novos estrangeirados mais aguerridos e mais numerosos do que os seus predecessores, tinham porém que ser vencidos. Falavam para si próprios e seriam levados ao desânimo, ao desespero ou à abdicação porque não tinham onde triunfar. Porque eram este absurdo: o escol de um povo que não havia, escol de realidade nenhuma. A geração de Antero e de Eça não podia falar a um povo inexistente. A sua extraordinária ação crítica não podia atingir um povo que, para ser socialista, precisaria de começar por

ter consciência, isto é, por se dar conta da sua miséria, da sua degradação, da sua condição sub-humana. E com a geração de 70, os homens que vieram depois, os que fizeram a República, não puderam fazer mais do que arranhar a superfície dos problemas. É verdade que de certo momento em diante desponta uma consciência nacional. Mas essa consciência ainda é apenas a chama de uma candéia, e os homens que a conduzem, todas as grandes e nobres figuras que de Basílio Teles a Sampaio Bruno e de Teixeira Gomes a Leonardo Coimbra, parecem destinados a transformar a realidade nacional não encontram sequer nos seus companheiros de luta quem os possa entender, pois que eles, com efeito, estavam alheios à realidade portuguesa, estavam na Europa porque realmente era o único lugar onde podiam estar. Que faltou então? Faltou a classe que serviria de intermediário entre eles e a realidade. Faltou um partido da revolução. Não nos deixemos iludir por tudo o que parece representar a presença do povo na República. Não é apenas com o entusiasmo romântico que se fazem revoluções. Na realidade, nunca houve um Portugal no qual pudessem confluir as vagas esperanças populares e as idéias dos que mesmo pertencendo a partidos nunca puderam ser entendidos sequer pelos seus correligionários. O povo não existia. Os partidos eram irreais e os grandes homens, aí de nós, eram de outro mundo. Um povo sem cultura política, quer dizer, sem consciência nem experiência política só pela dura experiência da resistência cotidiana poderia acabar por se integrar na realidade, descobrir as razões do seu martírio e reconhecer o que nele havia de inevitável. Talvez um pouco da comovida gratidão com que penso nos homens que prepararam e fizeram o "5 de Outubro" venha de os reconhecer tão desarmados perante as realidades do mundo, tão despreparados para o que se aproximava a passos largos. Eles exprimiam, sem dúvida, a parte mais nobre e generosa do nosso povo, mas os seus sentimentos quando postos em confronto com a realidade ficavam reduzidos a uma ficção puramente verbal, e a República vitoriosa apresenta-nos este duplice retrato. As palavras exprimem uma idealidade tanto mais bela quanto é vaga e indefinida. Os atos traduzem sobretudo a realidade mesquinha das ambições e das paixões dos grupos, enquanto, nem sequer se escondendo, a reação prepara o restabelecimento daquilo que, afinal, só ilusoriamente deixara de existir. Pois não deixara a República intactos o



Casais Monteiro

mundo do privilégio dos interesses criados, o latifúndio e todas as formas da injustiça social? Onde estava o Povo? Guardando os bancos onde se guardava o dinheiro que iria pagar a contra-revolução. Protegendo as armas da opressão na doce ilusão de que pode haver liberdade enquanto esta significa duas situações diametralmente opostas: a liberdade dos que possuem os instrumentos do poder e a liberdade ilusória da miséria que sonha com vagas imagens do futuro. A revolução, a verdadeira, — concluiu — só poderá ser realizada quando o povo português viver a clara consciência transformada em ação da tarefa gigantesca que consistirá em fazer das idéias um instrumento de penetração na própria realidade. Fazer para ser, este é o simples segredo que o povo português terá que aprender à sua custa."

A SOLIDARIEDADE DE ALVARO LINS

Quando, durante o expediente, foram lidas as mensagens recebidas, assistência aplaudiu com extraordinário calor um telegrama do Embaixador Alvaro Lins: "Lamentando impossibilidade estar presente neste momento, envio cumprimentos aniversário proclamação autêntica República Portuguesa. Peço transmitir demais companheiros minha solidariedade sempre viva companheiros portugueses luta anti-salazarismo. Abraços."

O governador eleito do Estado de São Paulo, o presidente da Assembleia Legislativa, o presidente da Câmara Municipal e a deputada Ivete Vargas telegrafaram também ao presidente do Centro Republicano associando-se às comemorações. Receberam-se, por outro lado, de todos os pontos do Brasil dezenas de telegramas e mensagens de democratas portugueses, entre os quais um dos professores Ruy Luis Gomes e José Morgado, que a assistência distinguiu com uma grande ovação.

APELO PARA UMA CONFERÊNCIA DE CONFRATERNIZAÇÃO

O nosso companheiro Alexandre Pereira, secretário do Centro Republicano, leu seguidamente o documento que abaixo reproduzimos:

"Reunidos na tradicional data do Cinco de Outubro, em comemoração do 56.º aniversário da proclamação da República, os democratas portugueses de São Paulo, que sistematicamente se vêm manifestando em favor da unidade e da organização de todas as forças de resistência ao salazarismo, desejam aproveitar esta oportunidade para sugerirem aos responsáveis pela luta anti-fascista em Portugal a realização de uma Conferência em que se achem representadas todas as correntes que batalham pela democratização e a independência do nosso país.

Exemplos recentes, colhidos na luta em Portugal, em que se congregam em torno dos mesmos objetivos — anistia aos presos políticos e a conquista das liberdades civis — forças de todos os horizontes políticos, vieram mostrar mais uma vez que essa unidade efetiva na ação, que sempre defendemos e propugnamos é possível e realizável. Para consolidá-la é necessário porém o estabelecimento de uma plataforma de trabalho que só pode ser traçada após um debate leal e franco dos problemas comuns.

Lancemos, pois, neste Cinco de Outubro de 1966, a idéia de uma conferência da Oposição, que será mais um passo no caminho para uma Pátria Livre!"

Assinaram o referido documento os seguintes democratas:

João Sarmento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, Joaquim Barradas de Carvalho, Maria Archer, Fernando Lemos, Castro Soromenho, João Balesão, Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Eugénio Mercês, Jorge Fernandes, Carlos Assunção Neves, Manuel Ferreira Moura, Joaquim Duarte Batista, Augusto Aragão, Alfredo Masson, Armando Masson, Lenine Alexandre, Francisco dos Santos Gomes, Julia Mateus, Irolinda Roque de Jesus, Antonio Alexandre, Aldina Rolo, Manuel Rocheta, Maria Helena Barbosa, Abílio Rodrigues da Silva, Julio Antunes Pereira, Mario Leiria, Manuel Rodrigues da Silva, Stélio Cabo Passos, José Rosa, Augusto Gomes, Eduardo Pedro Fernandes, Francisco Moreira da Silva, Irene Gomes, Fernanda Quintana, Evaristo Moreira, Francisco S. Pimentel, Alexandre Pereira, Antonio Seabra, João Viva, Armando de Castro, Jaime Sabino, Manuel Soares, Mário Bódas, Terezinha Bódas, Mario Pinto, Mario José Fernandes, Maria Fernandes, Irene Aragão, José Maria Seabra, Francisco P. C. Branco, e muitos outros.

HOMENAGEM A VEIGA DE OLIVEIRA

Em nome do Capitão João Sarmento Pimentel, o secretário do Centro Republicano leu ainda um documento em que, na pessoa de ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA, se homenageiam todos os presos políticos portugueses. Essa saudação é do seguinte teor:

"Amigos e Companheiros:

É quase uma tradição nossa recordar todos os anos nesta data aqueles que por amor a liberdade se encontram nos presídios fascistas. Neste 5 de Outubro é com incontida emoção que nos voltamos para esses heróis da causa de todos nós. Saiba a quem me refiro. Entre esses patriotas acha-se desde Dezembro alguém que viveu entre nós no Brasil, que participou das nossas lutas, que viveu em São Paulo e no Rio de Janeiro o dia a dia do combate anti-salazarista: o eng. ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA.

Seria supérfluo fazer aqui o seu elogio. Quantos com ele privaram ou trabalharam, conhecem-lhe a tempera. Talvez, por isso, quando dele apenas se sabia que fora prêsso pela PIDE, nunca os amigos duvidaram de que o seu comportamento seria exemplar. E assim aconteceu. Torturado e espancado quase ininterruptamente durante 37 dias permaneceu 17 consecutivos sem dormir, estabelecendo um novo recorde para a chamada "estátua". Poderíamos alongar-nos no relato das brutalidades que o atingiram. Preferimos, porém, render-lhe a homenagem de citar aqui as palavras dignas e altivas com que encerrou a sua defesa perante o tribunal fascista que o condenou em quatro anos de prisão acrescidos das famigeradas "medidas de segurança". Eis-las:

"É justo dizer-se que a PIDE durante os 37 dias de tortura não me apontava a morte como saída. Não. Oferecia-me também a liberdade. A liberdade sem restrições, aqui ou no estrangeiro. Em troca pediam-me tão só que traísse. Sei que me dariam a liberdade porque a deram já várias vezes em casos que são públicos e notórios. E se isto digo é para lembrar que a PIDE enviando a julgamento com ou sem provas aqueles que não traíam nem renegam, arvorava-se em julgador supremo, em poder discricionário, e põe em liberdade os que renegam e traíam o que antes diziam defender. Daqui uma segunda conclusão: este Tribunal julga menos os indivíduos por provavelmente terem desenvolvido atividades contra a segurança do Estado do que não renegarem os seus ideais e os seus camaradas. Também por



Paulo Duarte falando na Biblioteca Municipal no Ato Público comemorativo do 56.º aniversário do 5 de Outubro (v. pg.4)

isto vou ser julgado e condenado. Também por isto a condenação será para mim uma honra".

Amigos e Companheiros:

Nessas palavras tendes o homem e o patriota. É mais um nome na galeria dos heróis do povo português forjados na luta contra o fascismo salazarista. Quer-nos pare-

cer que ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA merece que nesta data grande homenagem na sua pessoa todos os presos políticos".

A assistência, comovida, observou, de pé, um minuto de silêncio em homenagem a Veiga de Oliveira e a todos os presos políticos portugueses.

A Conferência do Prof. Paulo Duarte

No Auditório da Biblioteca Municipal de S. Paulo, o prof. Paulo Duarte, Diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, proferiu no dia 4 de outubro, à noite, uma conferência integrada nas celebrações do aniversário da Revolução de 5 de outubro.

Ao abrir a sessão, o capitão João Sarmento Pimentel, congratulou-se pela presença de numerosos intelectuais brasileiros e portugueses naquele ato e apresentou o conferencista em termos de alto elogio, exprimindo a sua gratidão pela constância com que Paulo Duarte vem combatendo a fascismo salazarista, fazendo a sua causa dos democratas portugueses.

Paulo Duarte começou por afirmar, entre aplausos, que a luta do povo português se integra dentro da luta dos povos oprimidos pela liberdade no âmbito do processo da Revolução Universal. Numa brilhante evocação histórica do combate do homem pela liberdade e pela dignidade, através dos tempos, lamentou que há ainda democratas que se iludem confundindo duas realidades antagónicas: revolução e golpe. Enquanto a primeira envolve modificando em profundidade as estruturas económicas e sociais, os golpes saídos dos quartéis nada mais fazem do que produzir modificações de superfície, substituindo certas formas de corrupção por outras em tudo semelhantes às primeiras. Entrando depois a abordar a importância do problema da cultura na vida dos povos, analisou e criticou a política de obscurantismo contra as Universidades portuguesas pelo "beato esclarecido de Santa Comba" e dissertou largamente sobre o papel que cabe ao intelectual desempenhar nas sociedades modernas, citando a propósito palavras de Gramsci. Prestou depois comovida homenagem à interminável galeria de vítimas do fascismo português e particularmente aos mestres das Universidades aos mestres expurgados das Universidades por Salazar, destacando os nomes de Egas Moniz, único Prémio Nobel de língua portuguesa e um dos mais notáveis da Europa. Concluiu exortando todos os democratas portugueses a manterem-se unidos, atentos ao exemplo dos Revolucionários do 5 de Outubro, e manifestou a certeza de que não tardará o dia em que os emigrados políticos portugueses espalhados pelo mundo, poderão voltar à Pátria e participar então de uma Revolução autêntica que volté a integrar Portugal no processo da história contemporânea.

TELEGRAMA A A. TOMAS

No final da Conferência, o prof. Paulo Duarte enviou ao "presidente" Américo Tomás o telegrama que abaixo publicamos:

"Em nome dos participantes do Ato Comemorativo da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, realizado no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, venho manifestar a V. Excia. a profunda preocupação de brasileiros e portugueses causada pelos rumores de que o Governo Português estaria prestes a

substituir as medidas de segurança — condenadas como barbaridade medieval pela Associação Internacional dos Juristas Democráticos — pela chamada "prisão indeterminada", iniquidade ainda mais revoltante e incompatível com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem, subscrita pelo governo a que preside.

a) Paulo Duarte

EM PARIS

Em Paris, como é da tradição, os democratas portugueses comemoraram com várias solenidades o aniversário da proclamação da República. O ato mais importante, a que compareceram centenas de pessoas, realizou-se no dia 2, na Salle Celton, promovido pelo Comité para a defesa das Liberdades em Portugal.

No decurso da sessão foi aprovada a seguinte moção:

"Os democratas portugueses, reunidos em Paris, para comemorar o 56.º aniversário da proclamação da República, aprovaram a seguinte moção:

1 — Responsabilizam o Presidente da República pela manutenção do poder do governo policial de Salazar que há quarenta anos tiraniza e mantém na miséria o povo português, negando-se sistematicamente a promover eleições livres.

2 — Condenam a guerra colonial, imposta pelo Governo ao País mal informado e impedindo de se pronunciar, e denunciam as suas consequências:

— Do ponto de vista político, as contínuas recusas do Governo de Salazar em conceder aos territórios africanos sob seu domínio o direito à autodeterminação, apesar da manifestação de oposição da opinião pública mundial, e contra a decisão reiterada das Nações Unidas, comprometem as possibilidades de negociação com os representantes dos povos nativos desses territórios;

— Do ponto de vista moral, a continuação da guerra colonial, injusta, anacrónica e sem saída, desonra o nosso exército, habituado a batalhas mais gloriosas, e a nossa juventude;

— Do ponto de vista internacional, a guerra colonial dificulta a posição do nosso país, priva-o das vantagens económicas e sociais da boa cooperação, e aliena-lhe a simpatia e o respeito das nações verdadeiramente livres e progressivas;

— Do ponto de vista económico e financeiro, a guerra colonial determina a acumulação de dívidas internas e externas, hipoteca o país ao capital estrangeiro, levando-o a sujeições de toda a ordem, inclusive no plano militar; e, agravando os efeitos da política de proteção aos monopólios, acelera o processo de carestia e de baixa do ní-

vel de vida do povo, assim compelido a emigração que nunca atingiu tão vastas proporções como neste momento, após quarenta anos de austeridade financeira.

3 — Condenam a política de terror policial que mantém o povo português sob a ameaça permanente de prisão e tortura pelos agentes da PIDE, culpados de muitos crimes, entre os quais avulta recentemente o assassinio do General Humberto Delgado. Os democratas não esquecerão nunca esta figura intemerata de patriota, nem deixarão impunes os seus carrascos, que a própria justiça espanhola, insuspeita de parcialidade antisalazarista, acusa com provas irrefragáveis, e cuja entrega o Governo recusa, aliando assim as culpas de encobridor às de instigador.

4 — Protestam contra o tratamento desumano, infligido aos presos políticos, reclamam a revogação das medidas de segurança, forma disfarçada de prisão arbitrária e perpétua e exigem uma ampla anistia.

5 — Condenam a censura, a política de repressão cultural e a violenta perseguição, de que têm sido vítimas os estudantes portugueses.

6 — Advertem as potências estrangeiras de que os empréstimos e créditos, concedidos ao governo salazarista, não representativo da vontade nacional, vão direta ou indiretamente ajudar a financiar a guerra colonial; e de que o governo, que restabelecer enfim a democracia em Portugal, na difícil situação que herda, não deixara de submeter a sério exame de origem a finalidade e a solvência de tais dívidas".

‘MENSAGEM AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Na mesma sessão foi aprovado o envio da seguinte mensagem de saudação aos democratas portugueses:

"Os democratas portugueses de Paris reunidos numa manifestação unitária comemorativa da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, saudam calorosamente todos os democratas que em Portugal lutam abnegada e corajosamente para libertar o nosso país do regime fascista que há 40 anos oprime o Povo Português.

Durante este período negro da nossa história, as condições de vida da população portuguesa têm vindo a agravar-se sistematicamente, como consequência da política de classe do governo de Salazar, da guerra colonial que vergonhosamente vem conduzindo contra os legítimos direitos dos povos da Guiné, Angola e Moçambique à autodeterminação e à independência e que levou Portugal ao completo isolamento internacional, da entrega das riquezas nacionais ao capital estrangeiro, da política de repressão às pretensões legítimas da classe operária, do campesinato, dos estudantes e intelectuais, das classes médias e da pequena e média burguesia.

Esta política é contrária aos interesses da Nação portuguesa e ao mesmo tempo que alarga cada vez mais a oposição ao regime, continua a pôr como imperativo a necessidade de um reforçamento constante da unidade antifascista.

Os democratas portugueses de Paris exprimem a sua confiança total nas forças democráticas portuguesas, na sua capacidade para, unidas, derubarem o regime fascista e estabelecerem a democracia em Portugal.

Ainda que afastados momentaneamente do país, por razões políticas ou económicas, de que é responsável o governo de Salazar, os democratas portugueses de Paris farão tudo o que estiver ao seu alcance para apoiar e divulgar no estrangeiro a luta corajosa e consequente dos democratas portugueses no país".

APÊLO A OPINIÃO INTERNACIONAL

Foi ainda redigido e aprovado por aclamação o seguinte apêlo, endereçado à opinião pública internacional:

Permitindo, por decreto, aos ministros da Justiça e das Colónias (Ultra-mar) a deportação de presos políticos sujeitos a penas pelos tribunais fascistas, o governo de Salazar dá mais um passo com vista a aniquilar os mais destacados democratas e patriotas, quer portugueses, quer da Guiné, de Angola ou Moçambique.

O odioso campo de concentração do Tarrafal, encerrado há anos em consequência duma tenaz campanha

nacional e internacional, onde dezenas dos melhores filhos do povo perderam a vida, é agora utilizado para o aniquilamento a sangue frio de patriotas da Guiné, de Angola e Moçambique.

O plano de abrir novo ou novos campos de concentração no arquipélago dos Açores testemunha também a criminosa intenção do fascismo mais antigo do mundo, de perseguir cada vez mais ferozmente a luta pelas liberdades democráticas e a luta de libertação dos povos coloniais.

Esta ação do Governo de Salazar constitui um grave ultraje a toda a humanidade democrática e progressiva, 20 anos após a derrota da coligação fascista em 1945.

Os portugueses democratas reunidos em Paris na festa comemorativa de 5 de Outubro:

- denunciam mais esta criminosa ação do governo de Salazar
- exigem a anulação imediata de tais medidas
- apelam para a opinião pública internacional, para que aja no

sentido de fazer recuar o fascismo e evitar a liquidação física de mais patriotas portugueses da Guiné, de Angola e de Moçambique.

EM PRAGA

Associando-se às comemorações de 5 de Outubro, a Rádio Praga transmitiu nesse dia uma vibrante mensagem do Movimento Democrático da Juventude Portuguesa, cujo fecho reproduzimos:

"Se a realização de 5 de Outubro de 1910, só foi possível, graças à vontade de todo um povo, condição igual ao póe para o desaparecimento dum regime de obscurantismo e terror.

Que nesse dia se festeje o quebrar das últimas hesitações e temores e o crescer — fertilizada pelo entusiasmo da juventude — duma realidade que já há muito tempo devia ter sido alimentada: UNIDADE NA AÇÃO E NA ORGANIZAÇÃO de todas as ideologias e classes contra o inimigo comum: o governo fascista e colonialista de Salazar".

A Queixa do Congo à ONU

Porque se trata de um documento importante ao qual a imprensa internacional fez várias referências sem transcrever, reproduzimos a seguir a íntegra da queixa apresentada no dia 21 de Setembro p. p. pelo representante da República Democrática do Congo (Kinshasa) ao Conselho de Segurança a propósito da existência de bases de mercenários em Angola.

A República Democrática do Congo deseja chamar a atenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas para os atos de provocação de Portugal, e solicita que este problema seja incluído na Agenda do Conselho de Segurança.

"Apesar das muitas resoluções e recomendações das Nações Unidas, em favor da política de descolonização, Portugal, em desafio à História e opinião mundial, continua prosseguindo com sua extemporânea política de dominação sobre os territórios Africanos. Tal política está agora excedendo-se de tal modo, que esses territórios estão sendo usados como bases de operações para mercenários recrutados em países Europeus, os quais, após uma estada em Lisboa, são mandados para Angola e Cabinda.

Estes mercenários estão ao serviço do Partido da Oposição chefiado pelo Sr. Tshombe, e sua missão é o derramamento de sangue Congolês, com o fim de derrubar as legais e legítimas autoridades do Congo.

"Portugal, como é natural, está negando estas acusações, mas, como é sabido, as autoridades de Lisboa, têm no passado sido mestras, na arte de atuar como especuladoras em operações mercenárias, e atividades subversivas. Quando as tropas das Nações Unidas puseram termo a dissensão de Katanga, mais de quatro batalhões procuraram refúgio em Angola, levando com eles material de guerra, incluindo armas, caminhões, aviação e munições.

"Nessa ocasião, a República Democrática do Congo e o Secretário Geral das Nações Unidas chamaram a atenção do Governo Português, para o perigo que tal exército, com sua presença junto ao Congo, constituiria

para este Território. Nessa ocasião, o Governo Português negou a presença de tais tropas no seu território de Angola. Porém, com a subida ao poder do sr. Tshombe, a sinceridade de Portugal foi desmascarada, pois que então nessa ocasião todos os batalhões saíram do seu esconderijo em Angola.

"E atualmente, de acordo com as informações que temos recebido, mercenários são recrutados em países Europeus, e despachados para Angola, onde esperam o sinal de ataque contra a República Democrática do Congo. Esta República fornecerá mais detalhes quanto a esta situação, num memorial a ser redigido sobre o problema. Porém, para imediata informação de V. Ex., sintome compelido mencionar os campos de Henrique Carvalho, e Villa Luzo, onde estes mercenários estão estacionados.

"Esta situação constitui uma ameaça séria à paz mundial, porque logo que tais mercenários ataquem a República Democrática do Congo, esta República se considerará em guerra com Portugal.

Além disso, o uso de um país que facilita a soldados de fortuna atividades capazes de porem em perigo as instituições legais de países vizinhos, constitui uma violação da Carta das Nações Unidas e da Lei Internacional.

"Fiel às disposições da Carta das Nações Unidas, determinando que os Estados resolvam suas disputas por meios pacíficos, a República Democrática do Congo, solicita com urgência ao Conselho de Segurança, que chame a atenção de Portugal, para que termine o que se pode justamente chamar agressão, e mais amplamente fundamentará durante a discussão deste problema, as incriminações contidas nesta carta".

"Solicito de V. Ex. que distribua esta carta como documento do Conselho de Segurança, e que chame a reunião do Conselho, o mais breve possível."

O documento é assinado pelo sr. Jean Nguza, representante permanente do Congo junto das Nações Unidas.

TABELA DE ASSINATURAS

Países Via aérea:	Preço anual	Avulso Exemplar
Estados Unidos, Canadá e América Latina	US\$ 5,00	US\$ 50 cents.
Inglaterra	£ 2-0-0	4 sh.
Alemanha	DM 20,00	DM 2,00
Bélgica	FB 270	FB 30
França, Argélia e Marrocos	NF 25	NF 2,50
Holanda	DGld. 20	DGld. 2
Suíça	FS 20	FS 2
África do Sul	R: 4,00	4 sh.
Portugal	Esc: 150\$00	15\$00
Assinatura Especial para qualquer país	US\$ 10,00	
Via marítima		
Portugal	Esc.: 25\$00	2\$50

Pela amnistia e contra a repressão

VEIGA DE OLIVEIRA PERANTE O TRIBUNAL

Publicamos abaixo largos extratos da defesa de ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA perante o tribunal fascista que o condenou a 4 anos de prisão acrescidos da aplicação das famigeradas "medidas de segurança". Nunca os democratas portugueses do Brasil que bem conhecem Veiga de Oliveira e lhe admiram a tempera duvidaram de que o seu comportamento ante a PIDE e a justiça fascista seria exemplar. Nem por isso foi menor a emoção que as suas palavras nobres e corajosas causaram aos inúmeros amigos que deixou deste lado do Atlântico.

Ei-las:

"Senhor Presidente do Tribunal Plenário, para perfeito esclarecimento das acusações que me são feitas, penso ser do máximo interesse a elucidação de alguns aspectos relacionados com a minha prisão e elaboração do processo com o qual serve aqui presente. Fui prêsso no dia 20 de dezembro de 1965 pelas 20 horas. Levado para uma das salas de interrogatórios do último andar do edifício da PIDE na Rua Antonio Maria Cardoso, aí permaneci até o dia 26 de janeiro de 1966, cerca das 18 horas. Nestes 37 dias foi-me permitido dormir durante 7 noites e da forma seguinte":

"De 20 de dezembro a 7 de janeiro, à 1 hora, isto é, durante 17 dias e noites consecutivas e algumas horas, não me permitiram dormir ou deitar. Depois deram-me cama durante 3 noites, e novamente inicii num período de vigília de 9 a 16 de janeiro. Sendo, destes 7 dias, 5 continuamente de pé, deram-me novamente cama na noite de 16 para 17, e no dia 17 comecei novo período de vigília e "estátua" até ao desmaio que sobreveio na madrugada de 23 de janeiro e durou várias horas. Até 26 deixaram que dormisse normalmente e passei novamente a dispôr de cadeira durante o dia".

"Em 26 de janeiro pelas 18 horas mandaram-me para o Reduto Norte de Caxias. O que se passou depois até hoje não tem praticamente interesse por ser demasiado rotineiro. Fui algumas vezes à Polícia, à parte das ameaças constantes não tornei a ser maltratado. É necessário acrescentar que durante esses 37 dias iniciais a Polícia não se limitou a não me deixar dormir ou obrigar-me a estar de pé, ou ameaçar-me de morte, não, bateu-me quanto quiz. As orelhas incharam-me até ficar grandes como punhos, fechando completamente o canal auditivo, insensibilizando-se a ponto de não sentir qualquer dor, ao tomar em cada orelha uma injeção de 3 centímetros".

"Quase 6 meses decorreram e continuam deformadas, não tendo recuperado ainda a capacidade auditiva anterior".

"Certamente este tribunal e V. Ex. Sr. Dr. Juiz, já ouviram pela enésima vez histórias semelhantes, nem um certo ineditismo que há nos 17 dias e algumas horas consecutivamente sem dormir, que segundo a opinião, certamente abalizada do Sr. Sub-Diretor da P.I.D.E. Schetti constituem "novo record", me levaria a relatar-lhes o que comigo se passou, nem penso inspirar compaixão a ninguém".

"Tão pouco tenho ilusões sobre os efeitos que este meu relatório provoque. Se o faço é porque, devendo respeito a mim próprio e aos

meus concidadãos, sinto meu dever denunciar claramente e mais uma vez os métodos da P.I.D.E.. Dir-se-á que todas as policcias, politicas ou não, empregam métodos semelhantes, o que não é verdade, mas o importante é ser neste caso evidente que a responsabilidade de tais métodos não pode imputar-se unicamente aos agentes ou à corporação policial. Não. Fôra eu um caso isolado e talvez pudéssemos contentar-nos com a limitação das responsabilidades aos executantes, mas o meu caso pode considerar-se o normal, e assim, perante a forma pacífica como tais coisas se passam, teremos de tirar a conclusão: julgar responsáveis não só os agentes e a P.I.D.E., mas também e em maior grau todas as autoridades que lhe são hierarquicamente superiores. COMEÇANDO NATURALMENTE PELO GOVERNO DO ESTADO QUE CONTINUA A CHAMAR-SE DE "NÓVO". Do processo direi que, tendo sido assente a sua elaboração na tortura a que fui submetido e nas ameaças constantes de morte, tinha por objetivos claros, não averiguar as possíveis atividades que eu desenvolvesse contra a segurança do Estado, mas obter a minha traição aos ideais que defendo, aos meus camaradas, ao povo Português de que faço parte, em resumo, a mim próprio".

"Não o conseguiram, e jamais o conseguirão. É justo dizer-se que a P.I.D.E., durante os 37 dias de tortura não me apontava a morte como saída. Não. Oferecia-me também a liberdade. A liberdade sem restrição, aqui ou no estrangeiro, em trêco pedia-me tão só que traísse. Sei que me dariam a liberdade porque a deram já várias vezes em casos que são públicos e notórios. E se isto digo é para lembrar que a P.I.D.E. enviando a julgamento com ou sem provas aqueles que não traíam nem renegam, arvora-se em julgador supremo, em poder discricionário, e põe em liberdade os que renegam e traíam o que antes diziam defender. Daqui uma segunda conclusão: Este tribunal julga menos os indivíduos por provadamente terem desenvolvido atividades contra a segurança do Estado, do que por não renegarem os seus ideais e os seus camaradas. Também por isto vou ser julgado e condenado. Também por isto a condenação será para mim uma honra...".

A LIBERTAÇÃO DE J. VITORIANO

A libertação de JOSE VITORIANO causou um imenso júbilo em todos os anti-fascistas portugueses e mais particularmente no seio da classe operária.

As circunstâncias em que a grande vitória foi alcançada, no próprio momento em que a campanha para a libertação do heróico dirigente sindical atingia o auge — a FPLN acabava de editar uma brochura consagrada ao caso e a Conferência da Amnistia do Canadá incluiu o nome de José Vitoriano à cabeça da lista dos presos cuja liberdade exigia — vieram uma vez mais mostrar a debilidade do aparelho de repressão fascista quando a conjugação de esforços das forças democráticas é perfeita e se concentra num determinado objetivo.

Presentemente, de todo o mundo chegam a Portugal mensagens de felicitações pelo grande êxito obtido. Na impossibilidade de as citarmos todas, reproduzimos o texto da carta enviada pela Federação Sindical Mundial ao Movimento Sindical Anti-Fascista Português:

"É com alegria que tomamos conhecimento da notícia da libertação, após 15 anos nas prisões salazaristas, do dirigente sindical português, José Vitoriano.

A libertação de José Vitoriano marca uma nova vitória na luta contra a repressão salazarista. Em nome da Federação Sindical Mundial, felicitamos, de todo o nosso coração, o Movimento Sindical Antifascista e, por vosso intermédio, todos os trabalhadores democratas de vosso País que, graças à sua mobilização em favor de José Vitoriano conseguiram arrancá-lo das prisões fascistas. Os Sindicatos dos trabalhadores de todos os países que participaram na Campanha de Solidariedade Internacional, plenamente apoiada pela Federação Sindical Mundial, para a libertação de José Vitoriano, encontrarão nesta nova vitória da Solidariedade Nacional e Internacional, um encorajamento poderoso na luta pela libertação de todos os prêsos políticos e pela Amnistia, luta pela qual eles opoiam as justas lutas dos seus irmãos portugueses.

Nós nos alegramos por ter contribuído para a mobilização e a solidariedade ativa das Centrais Nacionais e das Uniãoes Internacionais profissionais da F. S. M. para obter a libertação de José Vitoriano.

Nós pedimos que lhe transmitam, assim como a sua família, as nossas felicitações e saudações fraternais.

Nesta ocasião, nós reafirmamos, uma vez mais, a solidariedade da Federação Sindical Mundial com a luta pela libertação dos prisioneiros políticos, contra as "medidas de segurança", pela Amnistia e o restabelecimento das liberdades democráticas e dos direitos sindicais em Portugal. Recebei, queridos Camaradas, as nossas saudações sindicais.

O documento, datado de 27 de Setembro é assinado por Pierre Gensous, secretário da Federação Sindical Mundial.

MEDIDA ABSURDA CONTRA TOMÁS RATO

PARIS (Do correspondente) — O ministro do Interior da França acaba de ordenar uma medida de interdição de residência contra um democrata português, o nosso companheiro Tomas Rato, sem a menor justificação, fato que motivou já reparos em vários órgãos da imprensa francesa. Tomas Rato, nos termos do despacho ministerial, não poderá residir a partir de 21 de setembro p. p. nos departamentos do Sena, de Sena e Marne e Sena e Oise. Esse nosso compatriota e colaborador vive em França há dez anos e, sendo pai de cinco crianças, duas das quais nascidas no exílio, enfrenta uma situação delicada, pois a medida governamental cria-lhe problemas de trabalho praticamente insolúveis.

Tomas Rato, antes de emigrar para França esteve prêsso durante doze anos por combater o fascismo salazarista.

A municipalidade de Courneuve protestou já junto do ministro do Interior contra a arbitrariedade e, juntamente com o Socorro Popular promoveu uma campanha para ajudar a família do nosso companheiro.

Espera-se que os amigos de Tomas Rato residentes no Brasil escrevam ao ministro do Interior da França, protestando contra o seu gesto e pedindo a sua anulação.

Relatório sobre prisioneiros políticos

Teresa Sá Nogueira

Agravou-se o conflito, em Moçambique. A situação dos prisioneiros políticos piora de dia para dia. Aviões militares e aviões da DETA (Transportes Aéreos de Moçambique) chegam diariamente a Lourenço Marques, trazendo carregamentos de prêsos africanos apanhados no Norte (Moçimboa da Praia, Pôrto Amélia, Mueda, Montepuez, Cobué, Vila Cabral, Nampula, etc.). Trazem aqueles que são considerados cúmplices na luta pela independência, colaboradores das forças rebeldes, (FRELIMO) para serem entregues à sede da PIDE, na "Vila Algarve", cuja sala de torturas está em constante funcionamento. Os menos responsáveis ficam sujeitos ao critério das autoridades que os apanham (administrativos e militares) — são mortos "in loco", após sumarrissimo julgamento, ou são mortos mais lentamente em "campos de recuperação e proteção" que, na realidade, são campos de extermínio em moldes nazis. Quase todos foram instalados no Norte, na costa, perto dos postos administrativos. Cercados de arame farpado, encerram — como o de Wanduadua — alguns milhares de pessoas. Segundo as últimas notícias vindas do interior, na ilha do Ibo, face a Quissanga, haverá nesta altura uns três mil prisioneiros. Fontes de informação dignas de crédito estabelecem o número de prisioneiros políticos, no Norte de Moçambique, em 8.000. No Sul, mais de 3.000 pessoas estão encarceradas na Machava — prisão da PIDE na capital —, na cave do departamento de Obras Públicas adaptado a prisão, e no campo de Mavalane, perto do rio Limpopo.

Nas celas e nos campos de concentração, as condições de alojamento são as mais terríveis, levando ao suicídio e loucura grande número dos detidos. Celas com capacidade de cinco pessoas recebem a 30 e mais. A alimentação é péssima, a correspondência e visitas proibidas (excepção feita aos intelectuais conhecidos no estrangeiro). Muito poucos africanos têm família na capital, e raramente esta se dirige a um advogado. A medo de represálias, o medo de honorários incompatíveis com a sua miséria, a ignorância torna-os completamente indefesos. Quase nenhum dos que vêm do norte tem família ou amigos em Lourenço Marques, ou sequer conhece a língua portuguesa, o que torna a sua situação ainda mais desesperada. Apesar dos advogados os defenderem gratuitamente, (pondo em risco, às vezes, a sua segurança), para que um detido os possa consultar é necessário que o seu processo tenha já sido enviado ao Tribunal Militar, o que por vezes leva mais de um ano. É ainda indispensável a posse de três libras (240\$00) para uma procuração. Resta acrescentar que muito poucos conhecem os trâmites necessários para que um advogado os visite na prisão. Nem conhecem seus direitos, nem os guardas facilitam tal aprendizagem. É verdade que existe um advogado officioso, mas sendo um oficial do Exército, ninguém espera dele uma defesa válida.

Os interrogatórios, as condições de vida nas missões, a fome, o tratamento brutal — sobretudo para aqueles que ainda não têm direitos de cidadania portuguesa (apesar da mudança de legislação em 1961), e toda a espécie de arbitrariedades têm conduzido os prisioneiros a estados físicos e mentais de desespero. Repare-se por exemplo no caso do poeta e jornalista negro José Craveirinha, ex-presidente da Associação Africana, que se tentou matar

por duas vezes. Salvo "in extremis" por um companheiro de cela, o pintor Malangatana Valente, foi internado no "Hospital de Doenças Nervosas", aos cuidados do psiquiatra dr. Martins Nunes. Como outro exemplo, temos o caso do poeta e jornalista branco Rui Nogar, gravemente ferido numa tentativa de fuga da cadeia da Machava, e internado depois no Hospital Miguel Bombarda. Mais grave foi o caso do vice presidente do Centro dos Negros (encerrado em julho de 65) — Ebenizário Gwambe que não resistiu às torturas do interrogatório. Foi morto nas mãos da Pide na prisão da Machava, segundo testemunho ocular de seus companheiros. Notícias recentes afirmam que entre os prisioneiros vindos do norte há uma dezena de mortes, diariamente. Chegam num estado lamentável, já torturados pelas autoridades administrativas, e não resistem à viagem. Sem família, sem proteção, os seus corpos são amontoados e levados num caminhão pela noite. A Agência funerária encarregada do seu transporte não tem ordem de abrir a saca que contém os cadáveres mutilados.

Entre os prisioneiros da Machava, contam-se 75 refugiados na Suazilândia, donde foram obrigados a fugir, às ameaças da Pide e seus colaboradores. Apanhados em Midleburg pela polícia sul africana, foram devolvidos a Moçambique. Muitos deles são jovens estudantes, a quem o regime de opressão tornara insustentável a vida na sua terra. Nesse grupo figura ainda Mário Mondlane, primo do dr. Eduardo Mondlane (presidente da FRELIMO em Tanzania), e Ibrahim Mangusso, que já anteriormente tinha sido prêsso no protetorado inglês da Suazilândia.

Torna-se urgente um inquérito oficial às prisões moçambicanas, onde negros e brancos são amontoados sem qualquer espécie de condições. Para tal, existem organizações internacionais, como a LIGA DE DIREITOS DO HOMEM e a AMNESTY INTERNATIONAL. Juristas, diplomatas, sacerdotes, peritos em questões internacionais, que envolvam a dignidade humana, ali teriam excelente campo de observação.

E o mínimo que se lhes poderia pedir era de que levassem um intérprete (senão swahili, pelo menos português) e que contassem ao mundo, com honestidade, aquilo que tivessem ocasião de ver.

E esta observação final toma um sentido mais grave pois que ainda recordamos com tristeza a visita de lord Russel de Liverpool a Moçambique, que descreveu como uma espécie de "Paraíso Multiracial" forjando desonestamente depoimentos de intelectuais prêsos, onde "salienta o seu "bem estar e arrependimento". Como é que um homem outra considerado digno se deixa corromper ou comprar daquela maneira?

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)
Diariamente das 8 às 8,30 em
50 metros; das 20 às 20,30 e
das 22,13 às 22,43 em 32 metros;
e das 0,30 às 0,50 em
36,40 e 43 metros. Aos domingos
das 13 às 13,30 em 19,20
25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Portugueses da America.

(Conclusão da 1.ª página)

José Morgado e Angelo Ferreira da Silva.

VENEZUELA

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: Antonio Gomes da Silva, Paulo Coelho Almeida, Francisco Costa Pinheiro, João Lopes, Rubem Sousa, José Costa Lopes, Fernando Natividade, Martinho Silva, Antonio Martins e Luis Manuel Silva.

CANADA

TORONTO:

Pela PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION: José Perdigão, José Godinho, Júlio Ricardo Félix, Carlos Pinto, Fátima Pinto, Mário Soares, Francisco Gregório, Maria Bernardo, Didimo Godinho, Adozinda Godinho, Maria Conceição, Almerinda Godinho, José Correia, Frank Pinto, Maria Alves, Faustina Banza, Joaquim Alves, Tony Godinho, Antonio Estêvão.

MONTREAL:

Amélio dos Santos, Amélia dos Santos, Júlio M. da Silva, Henrique Tavares Bello, Custódio Carrusca, Alberto Martins, José das Neves

Rodrigues, Jaime Sampaio, Domingos Gomes, Euzébio Tavares, Antonio Braz, Joaquim Domingos Maria, Gilberto Gomes Girio, José Mateus, Manuel Barreira da Costa, Luis Barbosa, Antonio Paulino, Cunha Viana, Antonio Lourenço, Sebastião Pereira, José Cadete, Antonio L. Petulante, Antonio Cadete e Moisés da Silva.

ESTADOS UNIDOS

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DOS ESTADOS UNIDOS: Francisco Aleixo, Ana Melo, Sérgio Melo e Margarida Aleixo.

ARGENTINA

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DE MAR DEL PLATA: José de Jesus Pina.

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS: Maria de Lourdes Silveira, Aurora Freitas, Conceição Silva, Inês Trindade, Maria

Manuela da Rosa, Maria da Piedade Gomes.

Por PORTUGAL EN SUD AMERICA: José Silvestre, Filipe Alonso, João Garcia, Emilio Gonçalves, Manuel Guerreiro, João Silva, Antonio Ferreira, Manuel Barata e Antonio Assunção.

URUGUAI

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA: Joaquim Aires, Bernardino Marques do Vale, João de Oliveira Branco, Antonio Silva, Luís Panasco, Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Martins.

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS: Júlia Bastos, Trindade Gomes da Costa, Alzira Vasques, Maria Luísa Silva Neves, Maria Amélia Madureira, Luiza Gonçalves e Deolinda Brandão.

Por PORTUGAL EN SUD AMERICA: José Pereira Castro, Manuel Valadas, Hilda Lopes, Gladys Abreu, Dionísio Fastio, Elena Fernandes, Manuel Vila, Domingos Gomes, Manuel Coelho e Jorge Vieites.

CARTA AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA GERAL

O memorial, que deve ter sido entregue pessoalmente ao presidente da Assembléia Geral pelos delegados portugueses do Brasil à Conferência de Toronto, no seu regresso do conclave, era acompanhado da carta que abaixo reproduzimos: Senhor Presidente da XXI Assembléia Geral das Nações Unidas

Embaixador Abdul Rahaman Pazhwak

Excelência:

"Mais uma vez o problema do colonialismo português será debatido pela Assembléia Geral das Nações Unidas em consequência da recusa do governo de Lisboa em reconhecer o direito à autodeterminação e à independência dos povos dos territórios que administra em África, Ásia e na Oceania. Essa atitude não exprime de modo algum a posição do povo português. Não podem, portanto, os democratas portugueses da América permanecer indiferentes à marcha de um debate que tão diretamente põe em causa os interesses e a dignidade da Nação a que pertencem. E' nesse sentido que, dentro do mesmo espírito que os levou a dirigirem-se sobre a mesma questão às Assembléias anteriores dessa Organização, endereçam ao conclave ora reunido o Memorial que temos a honra de junto enviar a V. Exa.

Com os nossos votos de êxito para os trabalhos da Assembléia em curso, na esperança de que eles contribuam para o progresso da Humanidade e a defesa da Paz, apresentamos a V. Exa. os nossos cumprimentos e os protestos da nossa elevada consideração".

Pela Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa.

a) João Sarmiento Pimentel, Carlos Assunção Neves, Vítor Ramos e Miguel Urbano Rodrigues.

**NO PRÓXIMO NÚMERO:
AMPLA REPORTAGEM
SÓBRE A
CONFERÊNCIA DE TORONTO**

Livraria Papelaria e Material Escolar

LIVRARIA EDITORA NÓS LTDA.

Próximo lançamento: "Poesias de Rosalia de Castro"

Rua Rafael de Barros, 19

São Paulo

Colaboração entre os fascismos ibéricos

Mal tinham terminado as manobras militares dos exércitos luso-espanhóis e logo tiveram início exercícios militares navais luso-espanhóis. De 7 a 15 de Outubro, ao largo da costa portuguesa, efetuaram-se exercícios navais com objetivos de limpeza de minas, dos canais de acesso aos Portos de Lisboa que teriam sido tornados perigosos pelo inimigo. Ocorre perguntar: qual inimigo?

Na sua linguagem militar de código, o exercício naval, foi denominado Iberex. Teve lugar na zona compreendida entre as barras de Lisboa e a Costa da Caparica e nela participaram 5 draga-minas portuguesas e 4 draga-minas espanhóis e um navio apoio da armada espanhola.

Assumi o comando das forças navais luso-espanholas, em manobras nas águas territoriais portuguesas, o Almirante Joaquim José Teixeira que há algum tempo exerce as funções de "Comandante Naval do Continente". O comando operacional instalou-se em terra: no centro de Operações Navais da Marinha de guerra portuguesa.

O capitão de Corveta, da Marinha espanhola, Gonzales Martins, chefiou as operações do grupo naval espanhol a bordo do Tejo.

A PIDE CONTRA O EXÉRCITO

Em Portugal, há muito que os julgamentos políticos estão entregues a tribunais especiais civis, e os oficiais acusados de subversão têm sido expulsos do Exército antes de caírem nas mãos da PIDE. Mas quando nas colónias os nacionalistas africanos e seus simpatizantes portugueses caem sob a alçada de Tribunais Militares, os juizes fazem ponto de honra em mostrar a sua aversão para com a PIDE.

Este conflito latente entre PIDE e Exército veio a público recentemente, quando o governo de Lisboa anulou pela primeira vez um julgamento militar, ocorrido em Março de 66, em Lourenço Marques, no qual sete dos nove intelectuais moçambicanos, acusados de atividades nacionalistas, foram absolvidos. O tribunal recusou todas as provas apresentadas pela PIDE e mostrou um interesse embaraçoso no fato de vice presidente do Centro dos Negros, Ebenizário Gwambe, ter sido morto durante os interrogatórios, como ficou provado pela defesa.

O governo de Lisboa ordenou um novo julgamento, a ser realizado em Lourenço Marques, e uma revisão do processo jurídico. Tal como no caso de Portugal a PIDE não será mais obrigada a provar a autenticidade de suas revelações, ou revelar como as obteve."

Como para nos lembrar, a todos os portugueses, que o Tejo é um rio que nasce em Espanha.

Que razões levam o governo fascista e colonialista de Salazar a estudar em comum, no solo da nossa Pátria, nos nossos campos e aldeias, a defesa contra um inimigo hipotético, com a colaboração do exército espanhol?

Que vêm fazer, navios de guerra litares com uma fôlha de serviços feita de carnificinas na guerra civil de Espanha e na aventura fascista da Divisão Azul, soldados aliados de Hitler durante a invasão da União Soviética?

Que vêm fazer, navios de guerra espanhóis, na zona entre a Caparica e a barra de Lisboa?

Que inimigo, na hipótese salazarista, ameaça minar o estuário do nosso Tejo?

Reconhecem todos os homens de Estado verdadeiramente responsáveis, e a opinião pública internacional, que diminuiu na zona da Europa Ocidental o perigo de guerra. E é neste momento que o governo de Salazar estreita uma colaboração comprometedora e suspeita com as forças armadas de Espanha.

O ditador prepara-nos nas colónias um novo Alcacer-Quibir: uma derrota inevitável pela exaustão das defesas militares perante uma guerrilha indomável e em contínuo desenvolvimento pelo esgotamento financeiro, pelo isolamento internacional.

O ditador, forja alianças militares repressivas, firma contratos de guerra civil, no receio de que o Povo se levante contra a tirania de miséria e de traição nacional.

Vende território nacional, em Beja, nas Flores, em Santa Maria. Compra com bases cedidas a países estrangeiros apoios militares e financeiros.

O ditador pretende habituar-nos à presença de soldados estrangeiros no solo nacional. A Pátria é terra ocupada; pisada por soldados de outras nações. Amanhã, pode ser teatro de combate de forças estrangeiras ao serviço do governo odiado de Salazar e da ditadura dos monopólios, contra o Povo português.

Estamos perante uma manobra de traição.

Todos os patriotas, e principalmente os patriotas das forças armadas, devem estar vigilantes, devem reagir e protestar contra as manobras fascistas.

A defesa do território nacional, não pode ser confundida com a aventura sangrenta, injusta e ruínoza de uma guerra colonial.

A defesa do território nacional, não pode ser confundida com a cédência de bases no território português a potências estrangeiras.

A defesa do território nacional, não pode ser confundida com a presença de forças armadas estrangeiras, comandadas por generais fascistas, no território da Pátria, preparando-se para a guerra contra os povos português e espanhol.

Portugueses e Portuguesas — protestai contra a política anti-nacional da ditadura monopolista, fascista e colonialista.

Protestai contra a traição. Defendei a independência nacional.

Defendei a soberania nacional. Lutai pela Democracia! Pela Paz! Pela Liberdade!

(Transmitido pela Rádio Voz da Liberdade).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —
Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —

Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin — 10 Pentiman
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira —
Rue Jolly, 77 Schaerbeek —
Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat 13 — Amster-
dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association 10 —
Eden Place Toronto 2B —
Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portu-
guesa del Uruguay Casila de
Correo n.º 2.128 — Distrito 5 —
Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro — Postovnú Urada —
Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de
"Portugal Democrático" — 29,
Rue St. André des Arts. —
Paris — 6 éme.

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 —
São Paulo

Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . Cr\$ 1.500

ANO XI — N. 112 Novembro 1966

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

MARIO DE CARVALHO E BISOGNO PRONUNCIADOS

Uma importante decisão da justiça italiana veio permitir em outubro que o processo instaurado pela justiça espanhola sobre o assassinio do general Humberto Delgado e de sua secretária Arajaryr Campos desse um importante passo em frente. Respondendo favoravelmente ao pedido feito nesse sentido pelo juiz Crespo Marquez, de Badajoz, o ministro da Justiça da Itália aceitou a cumplicidade de Carvalho e Bisogno na morte do ex-candidato à Presidência da República de Portugal. O texto da ata de acusação do processo foi transmitido ao promotor da Corte de Apelação de Roma, com base no dispositivo do Código Penal Italiano que estabelece que "o cidadão italiano ou estrangeiro em território estrangeiro será punido segundo a lei italiana, e a pedido do ministro da Justiça". O crime de cumplicidade de que são acusados Carvalho e Bisogno impõe a obrigatoriedade de expedir ordem de prisão contra ambos, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Tanto Mário de Carvalho como Ernesto Bisogno são acusados pelo Juiz Crespo Marquez de terem persuadido o general Delgado a comparecer ao local onde foi assassinado. Segundo o magistrado espanhol, o executante do crime teria sido o cidadão de passaporte marroquino Elias Tapiero, mas, admitindo que essa hipótese venha a confirmar-se, nenhuma dúvida resta de que teria agido sob a vigilância direta dos elementos da PIDE a cujas ordens obediência e cujos movimentos e participação no duplo assassinio são hoje pormenorizadamente conhecidos, a partir do momento em que pernoitaram na herdade do agrário fascista Guilherme Gião, de Reguengos de Monsaraz.

É oportuno recordar que o farsante Mario de Carvalho, antes de ser acusado de cumplicidade processou vários jornalistas italianos por difamação, um dos quais Arrigo Repetto, do diário "Avanti".

A audiência para julgamento do caso foi marcada para 27 de Dezembro.

Foi um êxito a Conferência da Anistia em Toronto, no Canadá

No momento em que fechávamos esta edição de "Portugal Democrático", recebemos do Canadá a notícia de que a Conferência da Anistia, realizada em Toronto, nos dias 28, 29 e 30 de Outubro, constituiu um extraordinário êxito, tanto pela projeção das eminentes personalidades que a ela se associaram como pela ampla divulgação que aos debates foi assegurada pela imprensa canadiana e internacional.

No próximo número ofereceremos aos nossos leitores uma completa reportagem do importante conclave, pois dele participou, como representante dos democratas portugueses do Brasil — o nosso companheiro Carlos de Assumpção Neves. Estava inicialmente prevista a ida de uma delegação formada pelo prof. Ruy Luis Gomes e pelo capitão João Sarmiento Pimentel, mas ambos, por falta de documentação, não puderam deslocar-se a Toronto.

OS TEMAS DA CONFERÊNCIA

A Conferência realizou-se no Carpenter's Hall de Toronto e os principais temas discutidos foram os seguintes:

I — A situação legal e jurídica dos prisioneiros políticos em Portugal: detenção preventiva, papel da polícia política, direitos dos defensores, tribunais plenários, "habeas corpus" e medidas de segurança.

II — Condições de vida dos presos políticos: espancamentos, tortura, privação do sono, "estatua", regime de Peniche, Caxias e Tarrafal; inquéritos internacionais, direitos das famílias, etc.

III — Direitos civis em Portugal (censura, repressão cultural, ausência de direitos de associação e de reunião, etc.

ATOS PREPARATÓRIOS

Nos dias 24 e 28 de Setembro e 8 de Outubro realizaram-se em Montreal e Toronto atos públicos destinados a divulgar os objetivos da Conferência e a obter a adesão da opinião pública canadiana.

A sessão de 24 de Setembro efectuou-se no salão do United Steel Workers, em Toronto. Presidiu Julio Ricardo Felix e usaram da palavra o delegado da Frente Patriótica de Libertação Nacional, o nosso companheiro Silas Cerqueira, e o rev. G. V. Kimball, presidente da comissão organizadora da Conferência. Assistiram ao ato mais de 100 pessoas e, no final, foi feita uma coleta de fundos a favor do conclave.

A sessão realizada em Montreal a 28 de Setembro também foi muito concorrida. Falaram o rev. Kimball, o dirigente sindical Jean Paré e os nossos compatriotas Silas Cerqueira e dr. Costa Gomes. Foi aprovada uma Resolução para transfor-

mar o Comité da Conferência em permanente e o envio de um telegrama ao "presidente" Tomás, exigindo a Anistia para os presos políticos. Realizou-se igualmente uma coleta de fundos.

A sessão de 8 de Outubro, efectuou-se no Toronto Labor Lyceum. Presidiu Firmino de Oliveira e usaram novamente da palavra o rev. Kimball e Silas Cerqueira e o dr. Costa Gomes. Foi aprovada uma saudação aos presos políticos e enviado um telegrama ao "presidente" da República exigindo a Anistia. Mais de uma centena de pessoas contribuíram para a Conferência.

MENSAGEM DE BERTRAND RUSSEL

O eminente filósofo e pacifista inglês Bertrand Russell enviou aos promotores da Conferência a seguinte mensagem de adesão: "As contínuas prisões de homens de consciência em Portugal são um espantoso exemplo de tirania que deve ser condenado e combatido internacionalmente. Eu saúdo esta Conferência de Anistia e considero que a resposta básica do problema dos prisioneiros políticos em Portugal reside na resistência aberta e militante ao regime. Isso, espero, produzirá-se não em Portugal como através de conclaves como êsse. Apresento-lhes os meus melhores votos de êxito em nossa causa comum."

APOIO SINDICAL

Dezenas de entidades sindicais canadianas aprovaram moções de apoio a Conferência. O Toronto and District Labour Council, que agrupa 125.000 trabalhadores, na sua reunião de 15 de Setembro aprovou o envio de uma mensagem à Embaixada de Portugal em Otawa, protestando contra a repressão salazarista exigindo a imediata libertação de SOFIA FERREIRA, JOSE VITORIANO, JOSE BERNARDINO, VARELA GOMES e MANUEL SERRA — os cinco patriotas escolhidos simbolicamente pela Conferência e dos quais um, José Vitoriano, já foi libertado.

SAUDAÇÕES

Os núcleos da emigração democrática portuguesa espalhados pelo mundo, que não puderam enviar delegações especiais a Toronto, fete-ram à Comissão Organizadora do conclave, saudações hipotecando a sua irrestrita solidariedade aos objetivos da Conferência.

Reproduzimos abaixo um trecho da saudação enviada pela Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai:

"Os democratas portugueses residentes no Uruguai, enviam uma fraternal saudação aos organizadores e delegados assistentes à Conferência

pela Anistia aos Presos Políticos Portugueses e expressam o seu mais profundo agradecimento às individualidades e representantes de organizações democráticas do Canadá que auspiciam esta Conferência.

O longo e duro martírio do povo português, submetido a um regime de repressão e terror, tem a expressão mais cruel de êste calvário na existência e situação de milhares de presos políticos que agonizam nos cárceres de Portugal.

A negra história dos campos de concentração e das prisões durante 40 longos anos, não podem por certo deixar passar indiferente a triste imagem de um povo cercado entre grades de ferro e arame farpado, projetando sobre a consciência universal uma mancha vergonhosa para a nossa época.

A própria existência de uma legislação penal que condena os presos políticos à prisão perpétua, mediante um odioso artifício jurídico conhecido por "medidas de segurança", são prova irrefutável da violação flagrante do princípio fundamental da Carta da ONU: os Direitos do Homem.

Por tôdas estas razões, nós os democratas portugueses, especialmente os que saímos da imensa prisão que é Portugal, sentimos a responsabilidade de denunciar ante a opinião pública mundial, a situação dos que sofrem e agonizam nos cárceres da nossa Pátria. E por isto mesmo, sentimos profunda gratidão por todos os cidadãos de outros países que se interessam, por motivos humanitários, pelos presos políticos portugueses."

Mercê da ação desenvolvida pela Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai aderiram aos objetivos da Conferência as seguintes organizações daquele País: Convenção Nacional dos Trabalhadores, Associação de Imprensa do Uruguai, Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, Comissão Uruguia pró-Libertdade de Espanha, Casa de Espanha, União das Mulheres Espanholas. Por outro lado, senadores e deputados uruguaios enviaram uma mensagem de adesão à Conferência que recebeu as assinaturas dos seguintes parlamentares: senadores Alba Roballo, Alfredo Lepro, Henrique Rodrigues; deputados José Luiz Maseria, Francisco Forteza, Martin Marzano, J. Magarinos, Luis Bernardo Pozzolo, Juan Carlos Robaina, Ariel Collazo, Angel Paniza Blanco, Raul Silva, Donato Cartolano e Rodnei Arizmendi.

REPERCUSSÃO

A imprensa independente de língua portuguesa que se publica no Canadá e nos Estados Unidos deu, nas semanas que precederam a Conferência, grande destaque ao acontecimento, dedicando-lhe artigos e comentários elogiosos. Transcrevemos abaixo algumas passagens de um dos muitos artigos (16 de Setembro) que a respeito publicou o jornal LUSO-CANADIANO, que se vem constituindo cada vez mais numa tribuna de combate ao fascismo.

"Está a revestir-se de extraordinária amplitude no Canadá a campanha para a anistia aos presos políticos portugueses. Da Comissão Nacional que patrocina a Conferência para a Anistia fazem parte as figuras mais representativas da cultura canadiana, das mais diversas convicções políticas e religiosas. Homens e mulheres que pelo seu alto valor intelectual, político, religioso e social, honram a democracia canadiana e que pelas suas virtudes morais e cívicas quiseram associar-se ao movimento mundial em favor da libertação de outros homens e mulheres presos há longos anos nas masmorras de Salazar, e que não se

sabe quando sairão devido às "medidas de segurança".

(...) Os presos políticos são homens que, de acôrdo com a sua consciência, lutaram por um ideal. Um ideal não é um delito. A consciência e o pensamento não são crimes. Aqueles que são capazes de lutar por um ideal são sempre a elite de um país. E, de fato, pelas prisões do atual regime português têm passado todos os setores do pensamento: católicos, ateus, monárquicos, republicanos, democratas, socialistas e comunistas. E pelas prisões de Salazar têm passado sacerdotes, escritores, poetas, artistas, historiadores, sociólogos, economistas, médicos, militares, advogados, engenheiros, operários, estudantes, pescadores. Será difícil medir todo o prejuízo que as prisões políticas causaram à atividade criadora e ao crescimento da Pátria Portuguesa, de tôda a desgraça e desordem que lançaram no seio de inúmeras famílias onde as crianças foram educadas sem paz, sem pai e sem mãe.

As prisões políticas portuguesas roem e abalam a unidade da Nação Portuguesa. Criam um clima de intranquência, fanatismo e perseguição que impossibilita todo o diálogo. São um ultraje à Declaração Universal dos Direitos Humanos de que Portugal é co-signatário.

A situação dos democratas portugueses encarcerados deve merecer a atenção de todos os portugueses quaisquer que sejam as suas convicções políticas, religiosas ou outras. Nem os Portugueses do Canadá devem, por um dever imperativo de consciência e de abnegação humana, ficar indiferentes à iniciativa da Comissão Canadiana da Conferência para a Anistia aos Presos Políticos Portugueses."

Mais significativo é ainda o que a respeito da Conferência escreveu na sua edição de 13 de Outubro o "Diário de Notícias" de New Bedford, Estados Unidos, não só por se tratar do único jornal diário português que se publica no estrangeiro como por ser um periódico que raramente ousa fazer restrições ao regime português. Transcrevemos a seguir trechos do *Comentário do Dia* que dedicou ao assunto:

"Uma campanha está de pé entre a comunidade portuguesa do Canadá, no sentido de apelar em favor da anistia aos presos políticos portugueses.

Por várias vezes êste jornal tem feito apelos idênticos em favor da libertação dos perseguidos políticos, cujo crime é o crime de discordar; o crime de criticar atos do governo; o crime de opinar sobre coisas que a todos dizem respeito, porque a "nação" não é apenas o espaço geográfico, mas o mais ínfimo dos seus cidadãos. Se a política da prisão preventiva, em contraste com a caridade cristã e a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem fôsse seguida nos Estados Unidos, metade da nação teria de ser perseguida e metida na cadeia.

É necessário que um clima de maior humanidade, de maior compreensão do fenómeno social, permeie a administração da justiça em Portugal.

(...) Todos gostam da paz, mas nem sempre a paz é a ausência de barulho e de oposição política. A paz da força, não é paz. Só a paz cívica, baseada no direito do cidadão, é verdadeira paz. Há que evoluir dos processos repressivos da vigilância política, para uma atmosfera de maior liberdade. É tempo de evoluir, de preparar a casa para os tempos que hão-de vir. Que se siga o exemplo da Igreja. Que se ponham os olhos nas próprias tentativas de liberalização e progresso que se estão a fazer na vizinha Espanha, onde as greves económicas

já são toleradas. "Vida ralhada é vida governada". É preciso ralhar, é preciso discutir, é preciso discordar.

E se assim não fôr, caímos todos naquela atonia estéril do culto personalista

Que os responsáveis pela administração da Justiça portuguesa, olhem à sua volta. Até as nações comunistas, com exceção da China, têm evoluído nos últimos vinte anos. Porque se há-de temer a evolução em Portugal? Acaso não será a evolução a única realidade social? Tudo, em certa altura, é ultrapassado, menos a evolução. Esta é a única promessa de futuro. E depois, Portugal é parte do "Campo Ocidental" e todos nós o queremos cada vez mais próspero, cada vez mais respeitado no concôrto das nações. Oxalá, pois, que o apêlo dos portugueses do Canadá em favor da anistia dos presos políticos seja ouvido.

Pequenas Notícias

● O Ministério da Educação publicou novo decreto sobre a "obrigatoriedade da frequência do ensino primário entre os 7 e os 12 anos". Na prática o governo fascista nada faz para diminuir o analfabetismo entre os adolescentes.

● O importante jornal canadiano Toronto Daily Star dedicou uma página inteira da sua edição de 31 de Agosto p.p. à Conferência da Anistia aos Presos Políticos Portugueses ora realizada naquela cidade.

● Em entrevista concedida em Nova Delhi ao secretário de Conselho Mundial da Paz, a sra. INDIRA GANDHI, primeiro-ministro da Índia, condenou em termos expressivos o colonialismo salazarista.

● No dia 25 de Setembro realizou-se em Praga um ato público comemorativo do segundo aniversário do início da luta armada em Moçambique. Entre os oradores figurou um estudante português que falou em nome do Movimento Democrático da Juventude Portuguesa.

● A Televisão Holandesa apresentou com grande êxito um filme que uma equipe sua realizou recentemente nas zonas libertadas da Guiné-Bissau entre os patriotas do PAIGCV.

● O semanário fascista "Jornal de Portugal" publicou na primeira página do seu número de 21 de Outubro um artigo intitulado: "Que Deus os perdoe e o Diabo os carregue". A ira do pasquim foi causada pelo Memorial que as Organizações Democráticas Portuguesas da América entregaram ao presidente da Assembléia Geral da ONU.

● Uma enurrada violenta bastou para transformar as manobras militares dos exércitos portugueses e espanhol, na região de Valencia de Alcântara, num malogro total.

● Oito mil portugueses entraram nos Estados Unidos como emigrantes nos últimos sete meses. Só a Itália deu maior contingente.



Um aspecto do jantar de confraternização do 5 de Outubro